



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília/DF
MARÇO/2016



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Conta está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e Portaria TCU nº 321/2015.

Brasília/DF

MARÇO/2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Sigla ou Abreviatura	Nome por extenso
Abop	Associação Brasileira de Orçamento Público -
AFD	Assentamento Funcional Digital
AIE	Analista de Infraestrutura
APF	Administração Pública Federal
Aspar	Assessoria Parlamentar
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
Ceofi	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira/MP
Cefor	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Cgmft	Coordenação-Geral de Modelos Organizacionais e de Planejamento da Força de Trabalho
CGU	Controladoria-Geral da União
Coadi	Coordenação Administrativa e de Informação
Cobin	Coordenação de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios
Cogep	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Cogin	Coordenação de Apoio a Gestão Interna
Conjur	Consultoria Jurídica
Conlegis	Sistema de Consulta de Atos Normativos da APF
Cocev	Coordenação de Comunicação Organizacional e Eventos
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da previdência Social
Deddi	Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional
Degep	Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais
Denop	Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Desap	Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor
Desep	Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo
Desig	Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores de Infraestrutura e de Articulação Governamental

Desin	Departamento de Gestão de Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho
Dipla	Diretoria de Planejamento e Gestão
Dirad	Diretoria de Administração
Dnit	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EIS	Especialista em Infraestrutura
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
Eppgg	Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Esaf	Escola de Administração Fazendária
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
Geap	Fundação de Seguridade Social
Gespública	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GM	Gabinete do Ministro
IPPS	Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
MD	Ministério da Defesa
MEGP	Modelo de Excelência em Gestão Pública
MJ	Ministério da Justiça
OFSS	Orçamento Fiscal de Seguridade Social
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Pnage	Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do DF
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
Promoex	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
Prosis	Programa de Modernização de Instrumentos do Sistema de Gestão da Administração Pública Federal
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAP	Restos A Pagar
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
SAGP	Sistema de Avaliação da Gestão Pública

SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SE	Secretaria Executiva
Segep	Secretaria de Gestão Pública
Seges	Secretaria de Gestão
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SiapeCAD	Siape Cadastro
Sias	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Siga	Sistema de Inteligência e Gestão da Auditoria
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sipec	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
Sisobi	Sistema de Óbitos da Previdência Social
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Spoa	Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Gestão
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da informação
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELA, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADRO A.2.1.1 MAPA ESTRATÉGICO DA SEGEP.....	20
QUADRO A.2.3.2A - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	23
QUADRO A.2.3.2B - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	25
QUADRO A.2.3.2C - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	27
QUADRO A.2.3.2D - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	28
QUADRO A.2.3.2E - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	29
QUADRO A.2.3.2F - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	30
QUADRO A.2.3.2G - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR - OFSS	31
QUADRO A.2.3.4A – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.....	32
QUADRO A.2.3.4B – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	32
QUADRO A.2.3.4C – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	33
QUADRO A.2.3.4D – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	33
QUADRO A.2.3.5A – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	35
QUADRO A.2.3.5B – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	37
QUADRO A.3.1 INSTÂNCIAS DE DISCUSSÃO E ACOMPANHAMENTO DE TEMAS ESPECÍFICOS.....	44
GRÁFICO A.4.1.1 PERCENTUAL DE DEMANDAS DO SIC POR RESPONSÁVEL PELA RESPOSTA	46
QUADRO A.4.1.2 QUANTITATIVO DE ACIONAMENTOS RESOLVIDOS POR NÍVEL DE ATENDIMENTO – SIAPE/SIAPENET/SIAPENET SAÚDE – 2015	48
QUADRO A.4.1.3 PERCENTUAL DOS TÍQUETES RESOLVIDOS – SIAPE/SIAPENET/SIAPENET SAÚDE..	48
QUADRO A.4.1.4 QUANTITATIVO DE ACIONAMENTOS RESOLVIDOS POR NÍVEL DE ATENDIMENTO – SIGEPE - 2015	49
QUADRO A.4.1.5 PERCENTUAL DE ACIONAMENTOS RESOLVIDOS POR NÍVEL DE ATENDIMENTO – SIGEPE.....	49
QUADRO A.4.1.6 QUANTITATIVO DE ACIONAMENTOS RESOLVIDOS POR NÍVEL DE ATENDIMENTO – SIOG -2015.....	50
QUADRO A.4.1.7 PERCENTUAL DE ACIONAMENTOS RESOLVIDOS POR NÍVEL DE ATENDIMENTO – SIOG	50
QUADRO A.4.3.1 CENTRAL ALÔ SEGEP – SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO REALIZADO – 1º 2º E 3º NÍVEIS.....	52
QUADRO A.4.3.2 CENTRAL ALÔ SEGEP – SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO REALIZADO – 1º 2º E 3º NÍVEIS.....	52
QUADRO A.6.1.1A FORÇA DE TRABALHO DA UPC	56
QUADRO A.6.1.1B DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	57
QUADRO A.6.1.1C DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC.....	58
QUADRO A 6.1.2A DESPESAS DE PESSOAL.....	60
QUADRO A 6.1.3 QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS	61

QUADRO A 6.2.1A - SISTEMAS UTILIZADOS PELA SEGEP	63
QUADRO A 6.2.1B - SISTEMAS DESATIVADOS	64
QUADRO A 6.2.1C - SISTEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS	64
QUADRO A 6.2.1D - PROJETOS CONCLUÍDOS	65
QUADRO A 6.2.2 CONTRATOS TI-2015	66
QUADRO A.7.1A – QUADRO RESUMO DAS DEMANDAS DO TCU	68
QUADRO A.7.1B - DELIBERAÇÕES DO TCU	69
QUADRO A.7.1C– DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	71
QUADRO A.7.1D – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	72
QUADRO A.7.1E– DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	73
QUADRO A.7.1F – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	75

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

QUADRO A.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS....	79
QUADRO A.1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	83
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	91
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	93

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	13
1.1 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS	13
1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	14
1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	17
1.4 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	18
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	19
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	20
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	20
2.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	20
2.1.2 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
2.1.3 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAL E OUTROS PLANOS	21
2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS ...	22
2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	22
2.3.1 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	22
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	22
2.3.3 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	31
2.3.4 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....	31
2.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	34
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	38
2.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL	41
3. GOVERNANÇA	42
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	42
3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	44
3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	45
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	46
4.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	46
4.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	50
4.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS	51
4.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	53

4.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE DOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	53
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	54
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	55
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	55
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	55
6.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	59
6.1.3 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS.....	61
6.1.3.1 QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	61
6.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	63
6.2.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	63
6.2.2 CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	66
6.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)	66
7.CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	67
7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	67
7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	76
ANEXOS	79

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado na forma prevista na Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, e da Portaria TCU nº 321/2015 e apresenta informações sobre a gestão da Secretaria de Gestão Pública.

Importante registrar que em 27 de novembro de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União, o Decreto nº 8.578 com a nova estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Na nova estrutura, a Secretaria de Gestão Pública (Segep) foi desmembrada, tendo suas atribuições distribuídas em duas novas estruturas, a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SRT) e a Secretaria de Gestão (Seges), tendo esta última assumido novas atribuições e estrutura de departamentos.

O presente relatório contempla a estrutura e as ações realizadas pela Segep, uma vez que ela abrange a maior parte do exercício de 2015, tendo em vista que a nova estrutura passou a vigorar a partir de 17 de dezembro de 2015, ou seja, abrangeu apenas 16 dias do exercício.

A Secretaria de Gestão Pública não possui unidades regionais descentralizadas e compõe, junto com as demais Secretarias do MP, a unidade orçamentária 47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Administração Direta.

No que diz respeito à execução financeira, cabe à Segep o pagamento da parcela única de benefícios indenizatórios a anistiados políticos, por meio da Unidade Gestora Executora (UGE) 201044 – Coordenação de Produção da Folha de Pagamentos de Benefícios Indenizatórios. A gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e respectivas execuções, além de suprimento de bens e serviços, estão centralizadas na Diretoria de Administração (Dirad) e na Diretoria de Planejamento e Gestão (Dipla) do Ministério do Planejamento, de acordo com o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014. Inclusive no que diz respeito às unidades gestoras ligadas a Segep: 201029 – Promoex, 201030 – Pnag, utilizadas em 2015 somente para pagamento do financiamento; e 201046 – Prosis.

O Relatório contempla as realizações dessa Secretaria no ano 2015, destacando-se:

- 1) ações destinadas a fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), especialmente no que se refere a recomposição da força de trabalho, mediante autorizações de concursos para o preenchimento de cargos, autorizações para o provimento de cargos e autorizações para a admissão de servidores em regime de contratação temporária.
- 2) avanços na implementação do novo Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg) e do novo Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), gerando ganhos de produtividade, segurança e transparência à APF;
- 3) resultados relativos à implementação do novo modelo de gestão da folha de pagamento, com o objetivo de modernizar e automatizar os processos, aperfeiçoar os mecanismos de transparência e de controle, incorporando ações de prevenção e inteligência que proporcionam segurança para as unidades de gestão de pessoas e redução de custos para a APF;
- 4) ações de revitalização do Programa Gespública: lançamento do novo portal; revisão do Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP, Sistema informatizado para a realização de autoavaliação; Sistema informatizado para realização de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Públicos – e-IPPS; e revisão do Guia Metodológico para a Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidades e Competências

A Secretaria de Gestão Pública (Segep) é um órgão específico singular, subordinado diretamente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A competência da Segep é formular políticas e diretrizes para a gestão pública e de pessoal no âmbito da Administração Pública Federal.

Compete à Segep exercer função de órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec) e do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg).

A Secretaria atua no aperfeiçoamento e na inovação da gestão dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e na pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de gestão de desempenho. Além disso, auxilia na organização e funcionamento da Administração Pública, em especial quanto a modelos jurídico-institucionais, estruturas organizacionais e cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas de natureza técnica.

No âmbito da gestão de pessoas, a Secretaria apresenta relevante papel nos aspectos relativos a:

- planejamento e dimensionamento da força de trabalho;
- concurso público e contratação por tempo determinado;
- cargos, planos de cargos e de carreiras;
- cargos comissionados e funções de confiança;
- estrutura remuneratória;
- avaliação de desempenho;
- desenvolvimento profissional;
- atenção à saúde e segurança do trabalho; e
- previdência, benefícios e auxílios do servidor.

A Secretaria exerce a competência normativa e orientadora em matéria de pessoal civil no âmbito da Administração Federal direta, das autarquias, incluídas as de regime especial, e das fundações públicas. Coordena e monitora a elaboração das folhas de pagamento de pessoal no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam dotações do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal.

Cabe também à Secretaria o papel de assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na análise de propostas de criação, transformação ou reestruturação de cargos, carreiras e remunerações dos servidores civis e militares da área de Segurança Pública do Distrito Federal, das Forças Armadas, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

A Segep objetiva o aprimoramento das práticas de gestão no âmbito do Poder Executivo, de modo a garantir a crescente qualidade do gasto público e do serviço prestado à população.

Para o exercício de suas atribuições em 2015, a Segep está estruturada com as seguintes áreas finalísticas:

- Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional (Deddi);
- Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo (Desep);
- Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores de Infraestrutura e de Articulação Governamental (Desig);

- Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal (Denop);
- Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor (Desap);
- Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho (Desin);
- Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais (Degep);
- Coordenação-Geral de Modelos Organizacionais e de Planejamento da Força de Trabalho (CGMFT).

Os Departamentos acima têm suas competências disciplinadas nos artigos 27 a 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014.

Para implementar suas atividades, a Segep conta ainda com o suporte das áreas meio abaixo relacionadas, cabendo-lhes assistir ao Secretário em sua representação política e social; incumbir-se do preparo e despacho de seu expediente, bem como das atividades de gestão administrativa, de coordenação e de supervisão:

- Duas Secretarias Adjuntas;
- Assessoria;
- Gabinete do Secretário, ao qual se vinculavam três coordenações: Coordenação Administrativa e de Informação (Coadi); Coordenação de Apoio a Gestão Interna (Cogin), e Coordenação de Comunicação Organizacional e Eventos (Coev).

Cabe mencionar que, em 2014, o Regimento Interno do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi publicado por meio da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, que aprovou os regimentos internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério, na forma dos Anexos I a XIII da referida Portaria. O Anexo IX apresenta o Regimento Interno da Secretaria de Gestão Pública.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

A seguir apresenta-se as normas de criação e alteração da Secretaria de Gestão Pública, outras normas infralegais relacionadas a sua gestão e estrutura, bem como os manuais e as publicações relacionadas às atividades da Secretaria.

1.2.1 Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas (UPC)

Decreto nº 7.675, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23/01/2012, alterado pelo Decreto nº 8.189, de 21/01/2014, publicado no DOU, de 21/01/2014, p.1, Edição Extra – Criação e Estrutura Regimental.

1.2.2 Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC

Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/ 2014 – Aprova os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Anexo IX – Regimento da Secretaria de Gestão Pública.

Portaria Nº 37/GM – Subdelegar competência à Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para, observada a legislação vigente, celebrar os instrumentos de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, para a criação das unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Siass), instituído pelo Decreto nº 6.833, de 29/04 /2009. (Seção 2, pág. 44, DOU 16/02/2012). Publicada no portal do Conlegis, endereço eletrônico <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=8882>.

Portaria Normativa/SEGEP Nº 199 de 17 de novembro de 2015 – Cria o Assentamento Funcional Digital – para os servidores públicos federais efetivos, comissionados ou a estes equiparados, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec, como forma de agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes. Disponível no site:

<https://servicosdoservidor.planejamento.gov.br/documents/10179/0/PORTARIA+NORMATIVA++SEGEP+N%C2%BA%20199.pdf/16930359-b11c-41c5-aed0-8da874c1dc09>.

1.2.3 Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC

Anotam-se abaixo os documentos produzidos e publicados pela Segep em 2015. No que se refere aos *links* indicados, aqueles referentes a publicações mensais terão o endereço modificado, mês a mês.

1) Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais (BEP) – publicação mensal demonstrativa com dados sobre a despesa de pessoal da União, distribuição por órgão e entidade da Administração Federal, por número de servidores públicos e por faixa de remuneração. Contém, ainda, dados sobre o perfil do servidor, estrutura de remuneração dos cargos e carreiras do Executivo e sobre o fluxo de aposentadorias. Em 2015 foram onze publicações, disponíveis no Portal do servidor, endereço eletrônico:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/BEP>

2) Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios, com o objetivo de informar a composição remuneratória dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo e militares dos extintos Territórios, atribuída aos cargos efetivos nos diversos Planos/Carreiras, bem como dos cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Em 2015 foram três publicações, disponíveis no endereço eletrônico:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao-1>

3) Divulgação de dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Demonstrativos e comparativo de informações estatísticas de recursos humanos, abrangendo os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, integrantes do Sipec. Publicação para cumprimento de dispositivo previsto na legislação que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício vigente. Em 2015 houve uma publicação no Portal do Servidor no seguinte endereço eletrônico: <http://www.servidor.gov.br/arquivos-publicacoes/dados-ldo>, em “Arquivos e Publicações” *link* “LDO” e

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/dados-ldo/dados-gerais-ldo>

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/dados_ldo/140721_port_156.pdf

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/dados_ldo/140620_port_127.pdf

4) Painel do Servidor - O Painel do Servidor busca dotar o gestor dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal de informações que viabilizem melhorar a gestão dos recursos públicos, com informações tempestivas concernentes a pessoal e estruturas de governo, de forma qualificada, bem como prover informações para o público externo (cidadão e imprensa). Endereço eletrônico

<http://paineldoservidor.planejamento.gov.br>

- 5) Pesquisa de Satisfação: Guia Metodológico – Esse Guia foi desenvolvido para apoiar as organizações na melhoria da qualidade, por meio da utilização do Sistema “Pesquisa.Gov” (www.pesquisa.gov.br), antigo e-IPPS. Segue as orientações do Decreto nº 6.932 de 11/08/2009 e incorpora paradigmas e métodos participativos e de controle de resultados, especialmente no que tange ao foco na fixação de padrões de desempenho institucional. Publicado no portal do Programa Gespública, no endereço eletrônico: <http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2013-0328.9924370611/Guia%20de%20Pesquisa%20de%20Satisfacao%20-%20versao%201.pdf>
- 6) Orientação Normativa Segep/MP nº 2, de 13 de abril de 2015 – Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) sobre o regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.
- 7) Ofício-Circular nº 11/2015/Segep-MP, de 20 de abril de 2015 – Dispõe sobre a suspensão de autorização de inscrições de beneficiários nos planos de saúde administrados pela Fundação de Seguridade Social (GEAP) Autogestão em Saúde.
- 8) Ofício-Circular nº 13/2015/Segep-MP, de 27 de maio de 2015 – Supervisão de contratos e convênios firmados para prestação de serviços de assistência à saúde de servidores públicos federais.
- 9) Ofício-Circular nº 18/2015/Segep-MP, de 6 de agosto de 2015 – Encaminha nota técnica que trata das exceções à suspensão de autorização de inscrições de beneficiários nos planos de saúde administrados pela GEAP Autogestão em Saúde.
- 10) Orientação Normativa Segep/MP nº 9/2015/Segep-MP, de 19 de novembro de 2015 – Estabelece orientações quanto à inscrição automática de servidores públicos da Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações, no plano de benefícios Execprev, da Funpresp-Exe.
- 11) Orientação Normativa Segep/MP nº 10/2015/Segep-MP, de 2 de dezembro de 2015 – Revoga o art. 6º da Orientação Normativa nº 9, de 19 de novembro de 2015, que estabelece orientações quanto à inscrição automática de servidores públicos da Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações, no plano de benefícios ExecPrev, da Funpresp-Exe.
- 12) Portaria nº 2, de 9 de janeiro de 2015 – Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade, de que trata o art. 196 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para efeitos de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso.
- 13) Orientação Normativa Segep nº1, de 25 de março de 2015 – Altera a Orientação Normativa nº 10, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal Sipec, para a concessão do auxílio-moradia.
- 14) Orientação Normativa Segep nº 4, de 12 de junho de 2015 – Estabelece orientações quanto à cessão de servidores e de empregados públicos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
- 15) Orientação Normativa Segep nº 3, de 28 de abril de 2015 – Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) quanto aos procedimentos a serem adotados para concessão do adicional por serviço extraordinário de que tratam os arts. 73 e 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- 16) Portaria Normativa nº 1, de 25 de fevereiro de 2015 – Altera a Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012.

17) Medida Provisória nº 689, de 31 de agosto de 2015 – Altera a Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990.

18) Projeto de Lei nº 3.123, apresentado à Câmara Federal em 21 de setembro de 2015 – Aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição.

19) Portaria nº 145, de 18 de maio de 2015 - Trata da composição da força de trabalho – Delegação de Competência ao Secretário da Secretaria de Gestão Pública.

20) Ofício-Circular nº 18/2015/Segep-MP, de 6 de agosto de 2015 – Encaminha nota técnica que trata das exceções à suspensão de autorização de inscrições de beneficiários nos planos de saúde administrados pela GEAP Autogestão em Saúde.

Normas disponíveis no endereço eletrônico: <https://conlegis.planejamento.gov.br>, exceto o Ofício-Circular nº 13/2015/Segep-MP, de 27 de maio de 2015 e o Projeto de Lei 3.123, de 21 de setembro de 2015, disponível no endereço eletrônico: http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1390663&filename=PL+3123/2015

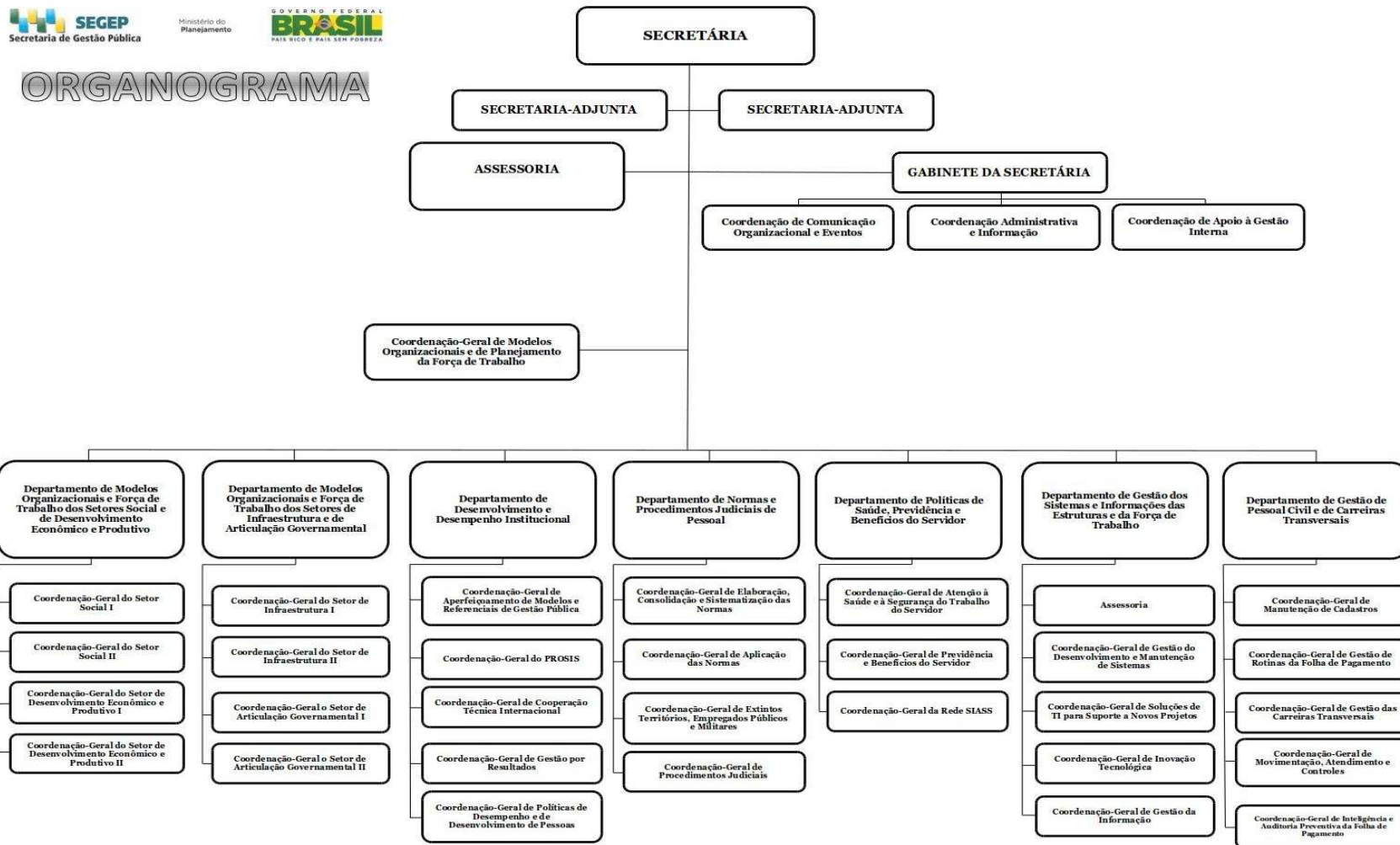
1.3 Ambiente de atuação

O espaço de atuação da Secretaria de Gestão Pública, em função das competências regimentais que a caracterizam como órgão-meio, é delimitado à Administração Pública Federal. Todas as políticas, normativos e instrumentos desenvolvidos pela Secretaria se prestam a oferecer aos órgãos e entidades da APF condições estruturais para que estes possam, por sua vez, desempenhar com êxito seu papel de atendimento direto ao cidadão.

Por todo seu histórico como órgão central do Sipec, desde 1970, o papel da Secretaria está institucionalizado e sua imagem consolidada, de forma que o público alvo (órgãos e entidades federais) sabe o que demandar e o que esperar em termos dos ferramentais ligados a pessoal, estrutura, cargos, modelos jurídicos-institucionais e instrumentos de aperfeiçoamento da gestão. Não se verificam riscos ou ameaças nesse sentido, mas somente oportunidades de aprimorar sua atuação, desenvolvendo modelos cada vez mais adequados às necessidades do Estado.

Como principais parceiros, destacam-se as outras secretarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; os demais órgãos da União; órgãos de controle; organismos internacionais; e instituições acadêmicas.

1.4 Organograma Funcional



Fonte: Elaborado pela Coev, com base no Decreto 8189 de 21/01/2014.

Apresentamos no anexo o quadro A.1.4 com a descrição das competências e titular responsável de cada Unidade integrante da Segep.

1.5 Macroprocessos Finalísticos

Apresentamos no anexo o quadro A.1.5 com os principais macroprocessos das Unidades integrantes da Segep.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O atual processo de Planejamento Estratégico da Segep teve início em 2011, para orientar o período 2012-2015, e foi o instrumento de gestão que permitiu nortear as atividades da Secretaria. A metodologia escolhida para a elaboração do referido Planejamento foi o Balanced Scorecard (BSC).

De acordo com a elaboração do planejamento estratégico, a missão da Segep ficou definida como sendo: “Promover a excelência da gestão pública na atuação do governo em benefício da sociedade.”

Já a visão de futuro foi estabelecida com sendo: “Ser reconhecida como agente transformador da gestão pública no âmbito do Estado brasileiro.”

Conforme a metodologia do BSC preconiza, foi elaborado um mapa estratégico que teve por finalidade orientar a atuação estratégica das Unidades da Secretaria rumo a uma execução eficiente das suas competências institucionais.

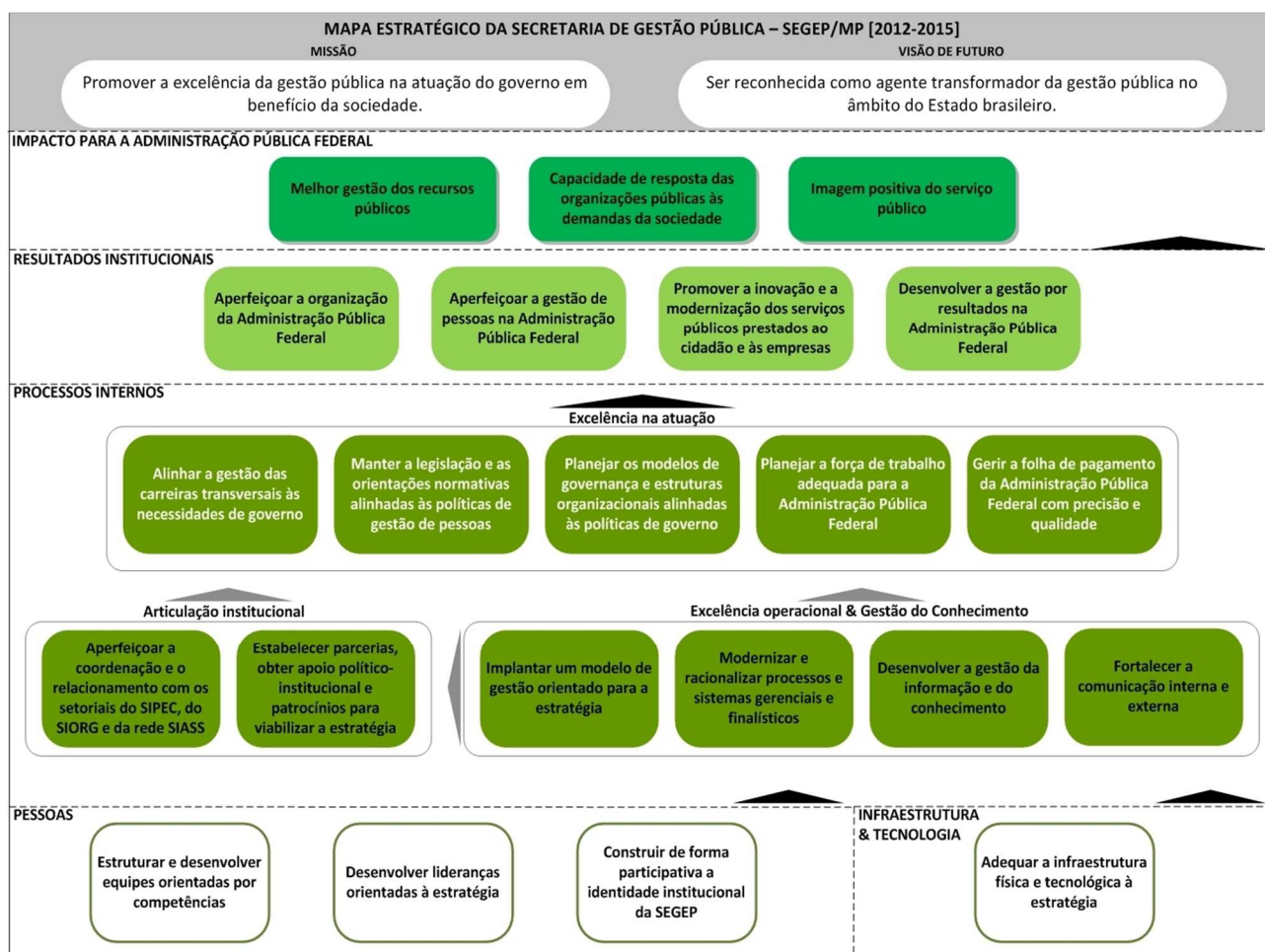
Na primeira perspectiva do mapa estratégico estão os Impactos para a Administração Pública. São três macro-objetivos que tratam da percepção de valor da Secretaria, estando alocados no topo das perspectivas. Composta por quatro macro objetivos, a segunda perspectiva é formada pelos Resultados Institucionais.

O foco dos esforços de atuação das Unidades da Segep no período 2012-2015 é apresentado na terceira perspectiva, formada por onze objetivos. Dentre eles, foram elencados cinco objetivos estratégicos com vistas à excelência na atuação, dois buscando a melhoria da articulação institucional e quatro objetivando a excelência operacional e a gestão do conhecimento.

Por fim, na quarta perspectiva estão quatro objetivos estratégicos considerados como as Ações de Sustentação: a perspectiva de pessoas é constituída por três objetivos, e no campo de infraestrutura e tecnologia há um objetivo. As ações de sustentação são formadas por objetivos transversais e estruturantes que ficam à cargo do Gabinete e da Assessoria da Secretaria, com o intuito de assistir a Secretária na definição de diretrizes e na supervisão e coordenação das atividades das Unidades da Secretaria.

O conjunto dos objetivos estratégicos demonstram as intenções da Segep para o período 2012-2015, facilitando a tarefa de cumprir de maneira eficiente suas competências. Segue abaixo quadro com o desenho do mapa estratégico e o detalhamento dos macro objetivos.

Quadro A.2.1.1 Mapa estratégico da SEGEP



2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O Mapa Estratégico elaborado em 2011 teve o fim de sua vigência no ano de 2015. Ao final do ano, devido à nova estrutura instituída pelo Decreto nº 8.578/2015, iniciou-se a construção do novo Planejamento Estratégico, relativo ao período 2016 a 2019. A elaboração encontra-se em andamento.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucional e outros Planos

A coordenação do processo de Planejamento Estratégico Institucional do MP ficou a cargo da Secretaria-Executiva (SE), o que garantiu a articulação entre as atribuições institucionais e os compromissos de gestão declarados pela alta direção. Esse planejamento foi analisado criticamente pela SE e validado.

Cabe mencionar que o Planejamento Estratégico da Segep se encontra integrado ao do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão especialmente na contribuição ao alcance dos seguintes resultados institucionais: (1) Modernização da gestão pública e fortalecimento da governança, com ampliação da capacidade gerencial e institucional e (2) Aperfeiçoamento da gestão de pessoas na APF, orientada por competências.

Além disso, a Segep está inserida no Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do Plano Plurianual 2012-2015. Nesse Programa Temático, a Secretaria está ligada ao objetivo 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na APF, orientada por

competências e pela democratização das relações de trabalho, visando a aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas. Para tanto, foram fixadas duas metas: fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da APF; e aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

No ano de 2015, o planejamento estratégico foi executado com base em ações prioritárias, ligadas a um ou mais objetivos definidos no Mapa Estratégico, com monitoramento periódico. O principal indicador utilizado foi o cumprimento dos prazos das entregas programadas.

Para os projetos estratégicos, o instrumento de monitoramento adotado foi o sistema informatizado Civis Estratégia, no qual foram incorporados os projetos, delimitadas as principais entregas e assinalados os respectivos prazos. Assim, de forma articulada, tanto a Segep, por meio de sua Assessoria, quanto a Secretaria Executiva, estavam aptas a acompanhar a conclusão das atividades e a vislumbrar o status de todas as ações monitoradas. Próximo à data limite de cada uma das entregas, havia interlocução com as áreas responsáveis para garantir seu cumprimento.

Adicionalmente ao sistema Civis Estratégia, cujo foco é o monitoramento dos projetos, foi realizado acompanhamento de outras ações isoladas, também estratégicas. Tratam-se de realizações de curto prazo, monitoradas semanalmente por meio de planilhas eletrônicas e definidas pelos dirigentes do Ministério, a serem entregues em, no máximo, 4 meses.

Por fim, o monitoramento do PPA foi realizado conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos, a partir do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), na periodicidade que determina a legislação. Neste monitoramento, foram apresentados os resultados referentes às metas e iniciativas de responsabilidade desta Secretaria. Nesse monitoramento foram considerados a execução de recursos orçamentários e o alcance das metas físicas.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

As informações referentes aos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual relativos ao Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (2038) serão apresentadas no Relatório de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visto que a Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é a unidade responsável tanto pelo Programa quanto pelo Objetivo ao qual a Segep está vinculada. 2.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.

2.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Em 2015, foram publicados decretos que dispuseram sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício. Nesse contexto, em 16/06/2015, a Secretaria de Gestão Pública teve seu limite de movimentação e empenho estabelecido, no valor total de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais). Depois, em 17/08/2015, sofreu nova redução de seu limite de movimentação e empenho, restando R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para as despesas do exercício.

Cabe registrar que houve um erro material no lançamento feito no Siop, no que se refere às metas físicas realizadas, que ora retificamos. Na Ação 20U1 - Aperfeiçoamento da Gestão Pública, no campo meta realizada onde se lê “5”, leia-se “2”. No que tange aos valores relativos a Restos a Pagar (RAP), cabe mencionar que execução da meta física foi contabilizada no ano em que o recurso foi inscrito. Portanto, nas Ações 20U1 - Aperfeiçoamento da Gestão Pública e 10M8 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.gov, no campo Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores, Execução Física – Metas, Realizada, onde se lê “1”, leia-se “0”.

A seguir, relacionam-se os itens excluídos, com as respectivas justificativas.

- (i) Subitem 4.3.2 – (i) Ações/Subtítulos – OFSS: a UPC não possui ações com mais de um subtítulo; e
- (ii) Ações do Orçamento de Investimento (OI): a UPC não detém ações integrantes do OI.

Quadro A.2.3.2a - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		20U1		Tipo: Atividade		
Título		Aperfeiçoamento da Gestão Pública				
Iniciativa		02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos.				
Objetivo		Código: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na APF, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.				
Programa		Código: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47.101 – Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.002.836,00	10.002.836,00	2.938.765,49	2.798.989,04	2.798.989,04	0	139.776,45
Execução Física da Ação						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Atividade realizada		Unidade	5			5
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
19.577.176,99	9.186.775,76	8.572.186,95			1	

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

A Ação 20U1- Aperfeiçoamento da Gestão Pública apresentou no exercício de 2015 somente o localizador 0001 – Nacional e os seguintes planos orçamentários (PO):

- PO 0001 - Fomento à Melhoria da Gestão Pública
- PO 0002 - Capacitação de Dirigentes e Técnicos no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec
- PO 0003 - Fomento a Projetos de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal
- PO 000A - Realização de Concursos Públicos para as Carreiras Transversais Supervisionadas pela Secretaria de Gestão Pública
- PO 000C - Modelos Organizacionais e Gestão da Força de Trabalho no Poder Executivo Federal
- PO 000F - Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Desempenho Institucional e Individual
- PO 000G - Consolidação, sistematização e aperfeiçoamento da Legislação de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Executivo Federal

No que se refere à Ação 20U1, os contingenciamentos limitaram tanto as despesas administrativas previstas quanto a realização das metas programadas. Com a execução de cerca de 29% dos recursos orçamentários aprovados, foi possível a realização de duas atividades dentre as cinco previstas: Recadastramento de Aposentados e Pensionistas e Anistiados Políticos Civis (PO 0001) e Pesquisa Salarial (PO 000C).

Em função do limite de movimentação e empenho estabelecido (R\$ 18.000.000,00 e, posteriormente, R\$ 15.000.000,00), os Planos Orçamentários 0002, 0003, 000A, 000F e 000G foram totalmente contingenciados, não havendo execução orçamentária e financeira e nem realização das metas físicas.

No que diz respeito ao Plano Orçamentário PO 0001, as despesas realizadas no exercício referem-se ao pagamento de despesas administrativas como os contratos de serviços postais, de emissão de passagens aéreas, os serviços de publicação de matérias de caráter oficial, capacitação, bem como despesas com diárias de servidores da Secretaria, entre outros. Das três atividades previstas na meta física desse PO foi realizada uma: a campanha para Recadastramento de Aposentados, Pensionistas e Anistiados Políticos Civis, que totalizou 473.186 convocados, 54.008 notificações e 4.036 suspensos.

O outro Plano Orçamentário que apresentou execução foi o PO 000C. Em 2015 foi executado o termo aditivo do contrato 43/2014, firmado com a consultoria Hay Group, cujo objeto é análise e desdobramento de estudos sobre carreiras e remuneração, com quatro produtos entregues e homologados: 1 – Planejamento e Comunicação, 2 – Desenho e validação das carreiras “Meio”, 3– Validação com os representantes da carreira “Meio” e 4 – Entrega dos resultados. As quatro entregas totalizam uma atividade realizada, para fim da meta física constante neste PO.

Os restos a pagar inscritos em 2015 ocorreram em virtude da não comprovação de despesas para liquidação dentro do exercício, relativas às passagens, compras diretas por intermédio do Banco do Brasil (R\$ 46.139,51), Correios (R\$ 40.606,88), Imprensa Nacional (48.030,05) e Ideias Turismo (R\$ 5.000,01) relativo a despesas com passagens aéreas.

Com relação aos RAP de exercícios anteriores, o valor liquidado refere-se principalmente às despesas relativas às contratações realizadas por meio do Prosis. Além disso, foram liquidadas as despesas referentes ao contrato com a Hay Group do Brasil, aos Correios e à Imprensa Nacional, entre outras. O cancelamento dos recursos justifica-se pela não execução de despesas relativas aos contratos com a Caixa Econômica Federal, que dava suporte ao Pnag, com a Dataprev, referente ao Projeto Sigepe, e com a GV2 Produções S/A relativo à prestação de serviços relacionados a eventos, entre outros.

Quadro A.2.3.2b - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10M8		Tipo: Projeto			
Título	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.gov					
Iniciativa	02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos.					
Objetivo	Código: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na APF, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.					
Programa	Código: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.875.770	24.875.770	14.693.185,3 2	11.544.387,82	10.255.233, 11	1.289.154,71	3.148.797,50
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Sistema implantado	Percentual de execução física	20	0	7		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.171.094,31	5.396.176,82	3.704.030,22			1	

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

A Ação 10M8 refere-se ao Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.gov. O projeto Sigepe foi estruturado em módulos, de forma a proporcionar entregas constantes até sua conclusão, prevista para 2021.

Nesse exercício, o Projeto Sigepe foi priorizado pela Secretaria e em função disso empenhou 59% da dotação inicial. Deste valor liquidou cerca de 78% e pagou 88% dos valores liquidados. Em função do contingenciamento e apesar dos esforços da Secretaria, só foi possível realizar 7% da meta física, quando a previsão era realizar 20%.

O valor restante de R\$ 4.437.952,21, foi inscrito em restos a pagar em virtude da não comprovação de despesas para liquidação dentro do exercício, relativas ao Consórcio Serpro/Dataprev que apoia o Projeto Sigepe (Dataprev R\$ 958.425,20 e Serpro R\$ 1.743.438,28), e ao Termo de Execução Descentralizada com a UnB que também dá suporte ao Projeto Sigepe (R\$ 334.085,00). Além disso, encontram-se pendentes de comprovação das despesas relativas ao contrato com a Join Tecnologia da Informática LTDA, referente à contratação de fábrica de software, no valor de R\$ 103.500,00, e a despesas relativas a passagens aéreas adquiridas por meio de contratação direta com o Banco do Brasil S/A.

Com relação aos RAP de exercícios anteriores, do valor total liquidado (R\$ 5.396.176,82), 24,7% refere-se à Dataprev (R\$ 1.333.180,22) e 54,3% ao Serpro (R\$ 2.930.553,92). O restante diz respeito a despesas relativas ao termo de cooperação celebrado entre esta Segep e a Universidade de Brasília – UnB. O cancelamento dos recursos justifica-se pela não execução de despesas relativas ao Consórcio Dataprev/Serpro.

Em 2015, foram realizadas melhorias no módulo de Ações Judiciais e concluídos:

- os serviços de extrato e simulação de consignação, pelos quais os servidores podem consultar em tempo real a situação de sua margem consignável, além de realizar simulações de empréstimos com diferentes instituições financeiras habilitadas;
- o módulo de cadastro de pessoas, pelo qual serão mantidas todas as informações pessoas dos servidores; e
- o módulo de Pensão Alimentícia, pelo qual serão gerenciados os descontos previstos nas determinações judiciais.

No período foi implantada a nova sistemática de gestão de consignações, com o desenvolvimento e migração do sistema de controle da margem consignável para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A ação permitiu um aumento no nível de segurança aos servidores, aposentados e pensionistas e também reduziu o risco de inadimplência às entidades financeiras que operam consignações em folha de pagamento.

Ações foram implementadas para massificar a utilização dos canais digitais por parte dos servidores, aposentados e pensionistas, com vistas a fornecer informações financeiras e funcionais como rendimentos e consignações em folha de pagamento. Entre os resultados foi disponibilizado o aplicativo Sigepe *mobile*, para uso em *smartphones* e *tablets*. Também é relevante mencionar a redução de R\$ 40 milhões nos custos de impressão e envio de contracheques aos servidores, ativos aposentados e pensionistas.

Quadro A.2.3.2c - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0739			Tipo: Operações Especiais		
Título	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002.					
Programa	Código: 2125 - Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
479.025.300	504.814.631	496.834.578,03	496.834.578,03	496.834.578,03	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.458.436,57	2824.420	0				

Obs.: A ação não possui meta física nem restos a pagar inscritos.

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

A Ação 0739 não apresenta meta física, por se tratar de uma operação especial, tendo em vista que visa ao pagamento de reparações econômicas aos anistiados políticos civis, em consonância com as decisões da Comissão de Anistia, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002. A dotação prevista para 2015 foi insuficiente para o pagamento de reparações aos anistiados, o que motivou crédito suplementar realizado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), no valor de R\$ 25.789.331, acréscimo de aproximadamente 5% da dotação inicial. A Ação executou aproximadamente 98% dos valores referentes a sua dotação final.

Quadro A.2.3.2d - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		0C01		Tipo: Operações Especiais		
Título		Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos Termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006.				
Programa		Código: 2125 - Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão				
Unidade Orçamentária		47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
181.213.800	152.675.004	147.506.248,98	147.506.248,98	147.506.248,98	0	0

Obs.: A ação não possui meta física nem restos a pagar inscritos.

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

A Ação 0C01 não apresenta meta física, por ser caracterizada como operação especial, e trata de pagamento de valores retroativos de reparações econômicas devido aos anistiados políticos de que a trata Lei nº 11.354, de 2006. Foi executado no exercício de 2015 o montante de R\$ 147.506.249, que corresponde a 96,61% da dotação orçamentária final.

A Secretaria de Orçamento Federal, ao perceber que não seria necessário o valor total da dotação inicial (R\$ 181.213.800,00), reduziu o valor em R\$ 28.538.796,00, oferecendo esse montante como compensação de créditos para outras ações.

Quadro A.2.3.2e - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	00NV			Tipo: Operações Especiais		
Título	Contribuição à Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH-DF					
Programa	Código: 0910 - Operações especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais			Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.750	33.750	33.750	33.750	33.750		

Obs.: A ação não possui meta física nem restos a pagar inscritos.

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

A ação OONV também não apresenta meta física por se tratar de uma operação especial e a despesa executada no valor de R\$ 33.750 se refere ao pagamento anual relativo à filiação à ABRH-DF, extensivo às unidades de gestão de pessoas, pertencentes à rede Sipec, propiciando maior troca na formação de conhecimento e troca de experiências em recursos humanos.

Quadro A.2.3.2f - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0284			Tipo: Operações Especiais		
Título	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa					
Programa	Código: 0906 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) Tipo: Operações Especiais					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.938.719,00	23.983.888,00	22.344.505,85	22.344.505,85	22.344.505,85	0	0

Obs.: A ação não possui meta física nem restos a pagar inscritos.

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

A ação 0284 refere-se ao pagamento de amortização e encargos de financiamento da dívida contratual externa, relativo aos programas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: Pnage, Promoex e Prosis. Em 2015, a dotação inicial foi insuficiente para atender às despesas, em função do aumento da taxa de câmbio, a R\$ 3,50. Dessa forma, foi necessário um crédito suplementar no valor de R\$ 3.045.169.

Quadro A.2.3.2g - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	10M8		Tipo: Projeto		
Título	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.GOV				
Programa	Código: 1054 – Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho				
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.381,32	2.689,60	691,72			

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla e Siop.

Análise Situacional:

Cabe registrar que, no momento da inscrição desses valores em restos a pagar, a ação 10M8 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.GOV vinculada ao Programa 1054 - Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho, encontrava-se sob responsabilidade da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) e que com a fusão da SRH e da SEGES, passou a compor o rol de ações sob responsabilidade da Segep.

A inscrição de valores relativos a Restos a Pagar foi motivada pela não comprovação de despesas para liquidação dentro do exercício. O valor liquidado refere-se ao pagamento de bolsa a pesquisador e à fatura apresentada pela Fundação Universidade de Brasília (FUB) relativa ao termo de cooperação celebrado entre essa Instituição e a Secretaria. No que diz respeito ao cancelamento de valores inscritos em restos a pagar, justifica-se pela não execução de despesas referentes ao termo de cooperação celebrado junto ao Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT). Cabe mencionar que a execução da meta física foi contabilizada no ano em que o recurso foi inscrito.

2.3.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

O fator que mais dificultou a execução das ações foi o contingenciamento orçamentário, que provocou o atraso no Projeto Sigepe, a interrupção da negociação com diversas instituições, o cancelamento de cursos de aperfeiçoamento e a realização de concursos.

2.3.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

De acordo com as informações prestadas pela Dirad, não foram celebrados novos Convênios nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, e nem houve novas prestações de contas dos Convênios firmados anteriormente. Portanto, não apresentamos essas informações nos quadros abaixo.

As informações relativas aos termos de execução descentralizada foram encaminhadas pela Dipla para compor os quadros a seguir.

Quadro A.2.3.4a – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
UG/GESTÃO:	201002 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - GGPOF/MP					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Termo de Execução Descentralizada	0	12	3	334.085,00	10.815.405,75	4.335.803,33
Totais	0	12	3	334.085,00	10.815.405,75	4.335.803,33

Fonte: Relatório encaminhado pela Dipla.

Quadro A.2.3.4b – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
Nome: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			
UG/GESTÃO: 201002 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - GGPOF/MP			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	12
		Montante Repassado	38.400,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3
		Montante Repassado	13.576.965,02
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1
		Montante Repassado	960,00

Fonte: Relatório encaminhado pela Dipla.

Quadro A.2.3.4c – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
UG/GESTÃO: 201002 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - GGPOF/MP		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos	
	Termo de Execução Descentralizada	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	12
	Quantidade reprovada	0
	Quantidade de TCE instauradas	0
	Montante repassado (R\$)	38.400,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade	4
	Montante repassado (R\$)	13.577.925,02
Fonte: Relatório encaminhado pela Dipla.		

Quadro A.2.3.4d – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
UG/GESTÃO: 201002 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - GGPOF/MP					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Termo de Execução Descentralizada					4

Fonte: Relatório encaminhado pela Dipla.

Análise Crítica

Em 2015 não foram celebrados Termos de Execução Descentralizada (TED). O valor repassado nesse exercício refere-se ao Termo de Execução Descentralizada nº 15/2013, celebrado com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT), cujo objeto é auferir a qualidade, de acordo com as boas práticas, dos artefatos gerados no desenvolvimento da Solução Tecnológica de

Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal (Sigepe), bem como verificação da robustez e da correção dos modos, processos e artefatos do Sigepe.

Com relação a prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada a serem apresentadas em 2015, a Dipla informa que três não foram prestadas, totalizando o valor de R\$ 13.576.965,02, quais sejam:

- Termo de Cooperação 26/2012, com a Fundação Universidade de Brasília – desenvolvimento do Sistema de Inteligência e Gestão da Auditoria (Siga), que subsidia o atual processo de reestruturação dos processos de trabalho da auditoria do Recursos Humanos da Segep;
- Termo de Cooperação 43/2013, com a Fundação Universidade de Brasília - realização do curso de extensão "Educação para Aposentadoria: Promoção à Saúde e ao Desenvolvimento Humano na Administração Pública Federal", ofertado na modalidade de ensino a distância (EaD) em parceria com a UnB e
- Termo de Cooperação 42/2013, com o Ministério da Saúde, referente ao pagamento da Gratificação por encargo de curso e concurso (GECC), para ministrar treinamento em Perícia Oficial em Saúde do servidor público federal.

Cabe informar que com relação aos termos de cooperação 26/2012 e 43/2013 essa Secretaria já validou o cumprimento dos objetos e encaminhou à Dipla para encerramento no Siafi, em setembro/2015 e julho/2015, respectivamente.

No que diz respeito ao Termo de Cooperação 42/2013 essa Secretaria validou o cumprimento de objeto e encaminhou à Dipla para pagamento da GECC, em dezembro de 2013. Verificou-se que o valor foi inscrito em restos a pagar e em que pese as diversas tentativas de contato com o Ministério da Saúde, a Dirad não obteve sucesso no feito, permanecendo os recursos descentralizados sem a devida execução, conforme registrado no processo 05100.008899/2013-27.

Cabe registrar que cem por cento das contas analisadas foram aprovadas e as contas não analisadas apresentam mais de 120 dias de atraso na análise.

2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

Os valores constantes dos quadros relativos às despesas por modalidade de contratação e por grupos e elementos de despesas foram obtidos mediante consultas ao Tesouro-Gerencial (exercício de 2015), feitas pela Dipla, utilizando como critério o conjunto de unidades gestoras que integram o universo da Unidade Prestadora de Contas (UPC), conforme orientações contidas no Sistema e-Contas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Quadro A.2.3.5a – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	201.458,42	580.169,02	201.458,42	580.169,02
d) Pregão	201.458,42	580.169,02	201.458,42	580.169,02
2. Contratações Diretas (h+i)	2.622.766,87	2.947.762,01	2.622.766,87	2.947.762,01
h) Dispensa	2.463.275,52	1.300.730,24	2.463.275,52	1.300.730,24
i) Inexigibilidade	159.491,35	1.647.031,77	159.491,35	1.647.031,77
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	433.895.057,77	404.485.947,44	433.895.057,77	404.485.947,44
k) Pagamento em Folha	433.858.908,94	404.442.328,73	433.858.908,94	404.442.328,73
l) Diárias	36.148,83	43.618,71	36.148,83	43.618,71
5. Outros	244.420.865,02	212.580.574,22	243.131.710,31	212.580.574,22
6. Total (1+2+3+4+5)	681.140.148,08	620.594.452,69	679.850.993,37	620.594.452,69

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla.

Análise crítica da realização da despesa:

No que se refere à realização das despesas por modalidade de contratação foram pagos 99,81% dos valores liquidados e pode-se afirmar que houve um acréscimo de 8,8% dos valores pagos em 2015 (R\$ 679.850.993,37) em relação a 2014 (R\$ 620.594.452,69).

Quanto à modalidade de licitação denominada pregão, que em 2015 apresentou despesas liquidadas e pagas no valor de R\$ 201.458,00, destaca-se o valor pago com a execução do contrato com a empresa Hay do Brasil, relativo a serviços de consultoria ligados à Pesquisa Salarial, no valor de R\$ 186.363,59. Além dessas despesas, encontram-se nesta modalidade despesas relativas a passagens aéreas, referentes ao contrato com a Ideias Turismo.

No que diz respeito às contratações diretas, a Segep apresentou despesas por meio de dispensa de licitação e de inexigibilidade. A principal despesa executada por meio de dispensa de licitação foi referente a serviços de comunicação em geral, com os Correios. Essas despesas referem-se a pagamentos relativos aos serviços de envio de correspondências desta Secretaria de Gestão Pública e, especialmente, daqueles referentes ao Recadastramento de Aposentados, Pensionistas e Anistiados Políticos da União.

Quanto às despesas executadas por meio de inexigibilidade, correspondem ao pagamento da contribuição à Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), às despesas com passagens, relativas às compras diretas feitas por meio do Banco do Brasil, às despesas com capacitação de servidores da Secretaria, feita junto à Escola de Administração Fazendária (Esaf) e às despesas referentes ao contrato com a Imprensa Nacional.

Com relação às despesas relativas ao pagamento de pessoal, cabe mencionar que em 2015, no que diz respeito ao item k) Pagamento em folha, foram executadas somente despesas com pessoal, grupo de natureza de despesa 1 (R\$ 433.858.908,94), e que o valor das despesas com diárias (item l) inclui diárias de servidores e de colaboradores eventuais.

Dos valores apresentados na modalidade de contratação outros (5), 86,2% referem-se ao pagamento de anistiados políticos relativos às pensões/indenizações – leis específicas. O pagamento do principal, encargos e juros da dívida dos programas Promoex, Pnage e Prosis referem-se a 9,17% dos valores registrados nesse item. O restante divide-se nas despesas referentes à prestação de serviços técnicos de profissionais de tecnologia da informação pagas ao Serpro e à Dataprev relativas ao consórcio Serpro/Dataprev, através do qual está sendo desenvolvido o Projeto Sigepe.

Em relação à execução orçamentária de 2015, destacamos como ponto negativo o contingenciamento imposto por força do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, atingindo principalmente as necessidades de investimento da Secretaria. Como ponto positivo, destaca-se a gestão dos créditos disponíveis, com sua total realização.

Quadro A.2.3.5b – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	433.858.908,94	404.442.328,73	433.858.908,94	404.442.328,73	0,00	0,00	433.858.908,94	404.442.328,73
03 – Pensões do RPPS e do militar	352.745.907,73	336.296.130,99	352.745.907,73	336.296.130,99	0	0	352.745.907,73	336.296.130,99
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	81.113.001,21	68.146.197,74	81.113.001,21	68.146.197,74	0	0	81.113.001,21	68.146.197,74
2. Juros e Encargos da Dívida	4.237.993,67	3.649.914,12	4.237.993,67	3.400.487,06	0,00	0,00	4.237.993,67	3.400.487,06
21 – Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	4.099.267,74	3.400.487,06	4.099.267,74	3.400.487,06	0	0	4.099.267,74	3.400.487,06
22 – Outros Encargos sobre a Dívida por contrato	138.725,93	249.427,06	138.725,93	24.9427,06	0	0	138.725,93	24.9427,06
3. Outras Despesas Correntes	228.147.618,88	216.051.374,51	224.859.044,93	197.320.817,12	3.288.573,95	18.730.557,39	223.569.890,22	197.320.817,12
59 – Pensões Especiais	210.481.918,07	187.546.089,53	210.481.918,07	184.087.652,96	0	3.458.436,57	210.481.918,07	184.087.652,96
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	17.185.514,70	26.191.072,98	14.291.514,29	12.196.372,16	2.894.000,41	13.994.700,82	13.002.359,58	12.196.372,16
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	334.085,00	0	0	0	334.085,00	0	0	0
Demais elementos do grupo	146.101,11	2.314.212,00	85.612,57	1.036.792,00	60.488,54	1.277.420,00	85.612,57	1.036.792,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
6. Amortização da Dívida	18.184.200,54	14.435.438,27	18.184.200,54	14.435.438,27	0	0	18.184.200,54	14.435.438,27
77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Resg.	18.184.200,54	14.435.438,27	18.184.200,54	14.435.438,27	0	0	18.184.200,54	14.435.438,27

Fonte: Relatório Tesouro Gerencial encaminhado pela Dipla.

Análise crítica da realização da despesa:

Da dotação final recebida em 2015 (R\$ 716.883.457,00), 95,47% foi empenhado (R\$ 684.428.722,03). Deste montante, 99,51% foi liquidado (R\$ 681.140.148,08) e dos valores liquidados, 99,81% foram pagos (R\$ 679.850.993,37).

O grupo 1 – Pessoal – liquidou e pagou a totalidade do valor empenhado (R\$ 433.858.908,94). Apresentou uma elevação de 7,2% em relação as despesas empenhadas, liquidadas e pagas do exercício de 2014.

No grupo 2 – Juros e Encargos da Dívida – foi liquidado e pago 100% do valor empenhado (R\$ 4.237.993,67). Esse grupo apresentou acréscimo de aproximadamente 16% em relação às despesas realizadas no exercício de 2014.

No que se refere ao grupo 3 – Outras Despesas Correntes – foi empenhado o valor de R\$ 228.147.618,88, sendo que R\$ 210.481.918,07 (92,25%) se referem a pensões especiais (anistiados). Do valor empenhado, 98,51% foi liquidado e 99,42% dos valores liquidados foram pagos.

Os valores pagos relativos à amortização da dívida – Grupo 6 – sofreram acréscimo de 25,96% em relação ao exercício de 2014.

2.4 Desempenho Operacional

Dentre as principais realizações do ano de 2015, que culminam no atingimento dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico e no PPA, destaca-se o início da Reforma Administrativa no Governo Federal. O foco da Reforma é promover uma maior racionalização da estrutura administrativa, buscando evitar sobreposição de atribuições entre ministérios ou mesmo entre órgãos de um mesmo ministério. Buscou-se, igualmente, reduzir os gastos com as estruturas de apoio (área administrativa, assessorias de comunicação, jurídica e parlamentar, etc.) e com a unificação de áreas que desenvolvem políticas públicas afins em um mesmo ministério. Com essas ações, foram extintos oito ministérios. Estima-se, até o final do processo de reforma, reduzir em trinta o número de secretarias e em 3.000 o de cargos em comissão, com economia de cerca de R\$ 200 milhões por ano.

A primeira fase da Reforma Administrativa foi efetivada com a publicação da Medida Provisória nº 696, de 02 de outubro de 2015, que promoveu as seguintes alterações: (i) junção do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social, resultando na criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social; (ii) junção das Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; (iii) transformação da Secretaria Geral da Presidência da República na Secretaria de Governo da Presidência da República, com a incorporação de algumas atribuições da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que foram extintas; (iv) extinção do Gabinete de Segurança Institucional e criação da Casa Militar da Presidência da República, sem status de Ministério; (v) extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos; (vi) extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, com incorporação de algumas de suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com o propósito de auxiliar esse processo de revisão da estrutura organizacional dos ministérios, foi publicado, em 5 de outubro de 2015, o Decreto que instituiu a Comissão Especial de Reforma do Estado. Essa Comissão é composta por representantes, e respectivos suplentes, da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, designados por meio da Portaria nº 476, de 6 de novembro de 2015.

A segunda fase começou em novembro, com a publicação da nova estrutura regimental dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Militar e da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Além da Reforma Administrativa, a Segep empenhou-se em ações destinadas a fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública. No campo da reestruturação de órgãos e entidades, em 2015, foram publicados vinte Decretos.

Ainda no que se refere à melhoria da gestão das estruturas organizacionais do Governo Federal, contou-se com importantes resultados do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg) nesse período, que recebeu alguns ajustes de usabilidade, e está pronto para ser utilizado como a ferramenta onde ocorre todo o trabalho de produção, análise e efetivação de estruturas. Ainda estão por concluir algumas estruturas de apoio ao uso, tais como: ferramenta de capacitação, estrutura de suporte técnico, normativos que fundamentem o suporte técnico e um programa de comunicação e divulgação de todas essas ações.

Quanto ao fortalecimento da gestão por resultados ressalta-se, no último ano, a elaboração da versão preliminar do guia de referência sobre Gestão Estratégica para a Administração Pública Federal. O objetivo do documento é disseminar conceitos elementares sobre o tema, permitindo o nivelamento a partir de uma abordagem pragmática. O guia é fruto de um acúmulo investigativo sobre a temática da gestão estratégica, que toma complexidade própria quando inserida no contexto das organizações públicas. Dentre as experiências de pesquisa relacionadas ao guia destaca-se a elaboração da Proposta de Implementação das Unidades de Gestão Estratégica (UGE) nos ministérios. Foram realizados levantamentos sobre a situação da gestão estratégica junto a 24 ministérios. Esse trabalho permitiu identificar as funções realizadas por unidades que exercem atividades relacionadas à gestão estratégica dos órgãos, com o objetivo de traçar um perfil comum às UGEs. A ação orientou a elaboração da 1ª versão da proposta de perfis profissionais necessários para as UGEs, a partir das competências definidas.

Ainda dentro do seu papel de promotora da melhoria da gestão na Administração Pública, a Secretaria de Gestão Pública coordena o Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil, uma cooperação entre a União Europeia e o Brasil com vistas ao intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo. Em 2015, foi lançada a 8ª Convocatória. Foram cadastradas 108 propostas de ação, das quais 87 foram formalizadas, e 59 foram efetivamente aprovadas, recebendo cerca de R\$ 7 milhões advindos da União Europeia. As ações envolveram 29 órgãos da Administração Pública brasileira e vinte instituições da União Europeia.

No âmbito do Programa de Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública (Prosis), realizou-se em 2015 o “Curso de Pesquisa de Satisfação nos Órgãos Públicos”, com a participação de trinta alunos provenientes de dezessete órgãos federais. O conteúdo incluiu, entre outros tópicos: Elaboração de Instrumento de Pesquisa; Aplicação do Instrumento de Pesquisa ao Público-Alvo; e Análise de Resultados da Pesquisa. Dado o contingenciamento de recursos em 2015, bem como o término da vigência do Programa (abril de 2016), foram canceladas as contratações previstas para a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), relacionadas ao aperfeiçoamento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), e para a Secretaria de Gestão Pública (Segep), referentes ao mapeamento de competências, o que implicou em mais um cancelamento parcial, no valor de US\$ 5,5 milhões.

Na busca pela adequação da quantidade e pela qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo, a política de gestão e recomposição da força de trabalho adotada pela Secretaria da Gestão Pública envolveu diversas ações no período. Foram autorizados concursos para o preenchimento de 4.279 cargos em 2015 e a autorização para provimento de 6.259 cargos efetivos em 2015.

Em 2015, ingressaram no serviço público federal quase 18 mil novos servidores, sendo cerca de 11 mil para ocupar vagas de nível superior e 7 mil de nível médio.

Nesse exercício, a Segep obteve os resultados de uma consultoria para pesquisa salarial, que proporcionam mais informações sobre a situação da força de trabalho do governo federal. A pesquisa teve a participação de doze organizações públicas e 96 instituições privadas, possibilitando a construção de perfil salarial para diversas funções presentes no governo federal e sua comparabilidade remuneratória com o universo dos setores público e privado pesquisados.

Além disso, a mesma consultoria realizou o mapeamento de oito “famílias” relativas à “área meio” (aquisições, contratos, convênios, processos, patrimônio, T.I., gestão de pessoas e nível gerencial). Esse mapeamento buscou traçar eixos de atuação e desenvolvimento profissional, fornecendo insumos para a profissionalização, a identificação de atividades críticas e para estabelecimento de estratégia de incentivos e progressão funcional no campo.

No exercício de 2015 os questionamentos relativos à cessão de servidores e empregados públicos e esclarecimentos relativos à aplicação do Decreto 4.050/2001 foram solucionados com a publicação da Orientação Normativa (ON) nº 04/2015. O objetivo da ON é tornar mais célere o trâmite de processos, desburocratizar as cessões, esclarecer as questões relacionadas ao tema e garantir a adequada composição da força de trabalho do Executivo Federal.

Além disso, foi elaborada a Nota Técnica nº 118/2015/Segep/MP, disponibilizada no portal Conlegis, que permite que o tempo de atividade do servidor fora do órgão de origem por motivo de cessão a outro órgão seja aproveitado para contagem do estágio probatório e, portanto, para obtenção de estabilidade no serviço público.

As ações de prevenção e inteligência tiveram início em 2014, com a etapa de verificação de conformidade da folha de pagamento. Essas ações consistem na realização do monitoramento sistemático de lançamentos efetuados no período de atualização da folha de pagamento, disponível aos órgãos no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Dessa forma, anteriormente ao processamento da folha, ocorre o monitoramento dos lançamentos manuais por intermédio de ações preventivas de controle, que permitem identificar e bloquear valores incorretos ou indevidos, reduzindo a realização de pagamentos irregulares na folha de pagamento do Siape. Em termos numéricos, os resultados desse monitoramento resultaram em economia da ordem de R\$ 74,95 milhões em 2015.

Além disso, foram implementadas no Siape trilhas de auditoria em rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, com o objetivo de regularizar inconsistências em dados cadastrais e financeiros. Como resultado direto, destaca-se a economia efetiva de mais de R\$ 50 milhões/ano. Também foi implementado processo de cruzamento mensal entre as bases de dados do Siape e do Sistema de Óbitos da Previdência Social (Sisobi). Esse batimento evitou gastos indevidos da ordem de R\$ 338,54 milhões em 2015.

A nova sistemática de recadastramento dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União, implantada em 2013, resultou em uma economia, mediante a suspensão de proventos/benefícios aos não recadastrados, no valor de R\$ 44,27 milhões no ano de 2015. Importante mencionar que a partir de agosto/2015 o Recadastramento passou a ser realizado por meio de mensagem constante no contracheque e na tela inicial do Sigepe, por meio de um Pop Up.

Em números gerais, o novo modelo de gestão da folha de pagamentos propiciou R\$ 455,23 milhões de economia efetiva, pela atuação preventiva, no período de janeiro a dezembro de 2015.

Outra medida que aumentou a eficiência e reduziu gastos no processamento da folha de pagamento do Poder Executivo Federal em 2015 foi a extinção da impressão e do envio de comprovantes de rendimentos (contracheques) aos servidores públicos federais, aposentados,

pensionistas e empregados públicos. A economia estimada é de R\$ 40 milhões ao ano, conforme observado na análise crítica da ação 10M8.

Em 2015, no âmbito do sistema Sigepe, foi implantada a nova sistemática de gestão de consignações, com o desenvolvimento e migração do sistema de controle da margem consignável para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), mencionado igualmente na análise da ação 10M8. O procedimento permitiu um aumento no nível de segurança aos servidores, aposentados e pensionistas, e também reduziu o risco de inadimplência às entidades financeiras que operam consignações em folha de pagamento.

Também foram implementadas ações para massificar a utilização dos canais digitais por parte dos servidores, aposentados e pensionistas, com vistas a fornecer informações financeiras e funcionais como rendimentos e consignações em folha de pagamento.

Destaca-se, em 2015, o lançamento do aplicativo Sigepe mobile, novo canal de comunicação com os servidores públicos federais. Esse aplicativo, também já mencionado, permite acessar os contracheques dos últimos 12 meses, a prévia do mês seguinte e os dados cadastrais pelo smartphone ou tablet. É voltado para 1,4 milhão de servidores, aposentados e pensionistas do Executivo Federal e pode ser baixado, gratuitamente, para sistemas operacionais Android e IOS.

Anota-se, também, o Projeto de Assentamento Funcional Digital (AFD), iniciado em 2012, que consiste no armazenamento de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Em 2015 foi publicada a Portaria nº 199/2015, que cria o cadastro único e digital dos documentos de todos os servidores da Administração Pública Federal. Com isso, a busca de documentos pessoais será mais ágil, gerando uma economia de R\$ 24,7 milhões anuais aos cofres públicos, devido à redução dos custos com servidores atuando no arquivamento e armazenamento de arquivos físicos. Terão acesso ao AFD todas as áreas de gestão de pessoas dos órgãos, além dos próprios servidores, que terão acesso às suas respectivas pastas funcionais.

No ano de 2015, a Secretaria de Gestão Pública consolidou todos os entendimentos antes expedidos sobre previdência complementar do servidor público federal em um único documento, a Orientação Normativa Segep/MP nº 2, de 2015. Nessa Orientação Normativa constam também questões antes não definidas, como o entendimento proferido pela Advocacia-Geral da União no sentido de que os militares e servidores de outros entes federativos, ao ingressarem no serviço público federal, estão submetidos ao regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Em 4 de novembro de 2015 foi editada a Lei nº 13.183 que introduz a adesão automática aos planos de previdência complementar do servidor público dos Poderes Executivo e Legislativo Federal. Ao final de 2015, a Funpresp registrou 18.596 participantes homologados e 185 patrocinadores com recolhimento de contribuições.

2.5 Apresentação e Análise de desempenho Operacional

O processo de avaliação de desempenho institucional é de responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É um processo cíclico e compreende o período de 01 de setembro a 31 de agosto.

Para o ciclo de 01 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015 foi publicada a Portaria 90/2015, que fixou as metas globais do desempenho operacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nessa Portaria não há uma meta específica para a Segep,

Para o ciclo de 01 de setembro 2015 a 31 de agosto de 2016 a Segep encaminhou à Diretoria de Planejamento e Gestão proposta de indicadores de desempenho e está à espera da publicação da Portaria.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

No âmbito da Secretaria, merece destaque a estruturação do modelo de governança do Projeto Sigepe, para o qual foram criados três comitês (Estratégico, Executivo, Operacional) que têm como objetivo principal repassar as informações estratégicas quanto à situação do Projeto aos diversos níveis de gestão do MP, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

Nas reuniões dos comitês são discutidas as estratégias, o planejamento, as necessidades, os indicadores e as atividades em andamento no projeto. No Comitê Estratégico (reunião ordinária quadrimestral), composto pelo Secretário Executivo do MP, Secretários da Segep e Presidentes do Serpro e Dataprev, são apresentados os resultados do projeto e os dados referentes à gestão financeira, além do estabelecimento e validação das estratégias que visam ao atingimento das metas previstas. No Comitê Executivo (reunião ordinária bimestral), composto pelo Secretário Adjunto, Diretor e Coordenador Geral da Segep, além dos Diretores e Superintendentes do Serpro e Dataprev, são discutidas e tratadas as ações referentes a cada uma das frentes de trabalho, sendo efetuadas as adequações e ajustes necessários para o melhor andamento das diversas ações do projeto. No Comitê Operacional (reuniões quinzenais), composto pelos gestores diretos do projeto, são tratadas as ações operacionais.

Para as ações operacionais foram criados repositórios, onde é armazenada a documentação técnica produzida pelas equipes técnicas do MP e do Consórcio Serpro/ Dataprev, como o planejamento do projeto, o plano de trabalho, o mapa dos processos de negócio, os requisitos de negócio, as definições da arquitetura tecnológica, os modelos de dados e os planos de testes.

Ainda no que se refere à estrutura de governança, merecem destaque:

- A Coordenação Administrativa e de Informação (Coadi) que tem como competências planejar e coordenar a execução das atividades referentes à administração de material, pessoal, patrimônio, transporte, telefonia, arquivo e protocolo e concessão de diárias e passagens;
- A Coordenação de Comunicação Organizacional e Eventos (Coev) que tem como competências orientar, propor diretrizes e padrões, planejar e implementar as ações de comunicação, eventos e identidade visual impressa e eletrônica da Segep, bem como acompanhar a formalização e execução dos contratos de comunicação e eventos;
- A Coordenação de Apoio à Gestão Interna (Cogin) que tem como competências apoiar, fornecer subsídios, orientar, executar, monitorar e controlar a gestão interna, no âmbito da Segep, especialmente as atividades relacionadas a planejamento; gestão orçamentária e financeira; gestão do desempenho, em particular os ciclos de avaliação de desempenho; desenvolvimento das equipes e lideranças; e contratações, aquisições e parcerias.

Com relação ao acompanhamento do andamento dos projetos estratégicos, a Segep dispõe de metodologia e rotina de acompanhamento implementados, que vêm amadurecendo ano a ano. Para 2015, o indicador utilizado foi o de cumprimento dos prazos das entregas programadas.

O processo de acompanhamento do portfólio de projetos estratégicos foi feito da seguinte forma:

- A assessoria da Segep fazia um acompanhamento sistemático do andamento dos projetos por meio de informações repassadas pelas áreas e colhidas em reuniões, as quais eram consolidadas em uma planilha de acompanhamento;
- As planilhas de acompanhamento alimentavam o sistema Civis Estratégia. O acesso ao sistema limitava-se a uma pessoa por Secretaria, que também era responsável por realizar a interlocução com a Secretaria Executiva.
- Eram realizadas reuniões periódicas de ponto de controle com a Secretaria Executiva do MP, visando a apresentar a evolução dos projetos em relação ao planejado, no contexto do acompanhamento do planejamento estratégico do Ministério.

As informações apresentadas nessas reuniões de acompanhamento eram de natureza quantitativa e qualitativa, o que permitia avaliar se havia risco de não cumprimento da meta e medidas corretivas eram adotadas prontamente e as ações a elas relacionadas estavam entre as prioridades da Secretaria. Essas reuniões eram adequadas e efetivas para o acompanhamento, contribuindo muito para a melhoria do desempenho.

Outra forma de controle interno refere-se à gestão dos documentos por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado no MP a partir de 2015. O SEI é um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos, que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema e dispensa o papel como suporte físico para documentos institucionais. Desde que se iniciou seu uso, o sistema tem promovido melhoria no desempenho dos processos, inclusive com ganhos em agilidade, produtividade, transparência e redução de custos.

Cabe ainda registrar que existem algumas instâncias de discussão e acompanhamento de temas específicos que muito contribuem para a melhoria da gestão e do controle no âmbito da Secretaria, merecendo destaque:

Quadro A.3.1 Instâncias de discussão e acompanhamento de temas específicos

Colegiados	Órgão Coordenador	Atuação	Composição	Legislação	Status Colegiado	Representantes
Comitê Consultivo da Carreira de EPPGG	Degep /Segep	Assessorar o Órgão Supervisor da carreira de EPPGG a se manifestar previamente à edição de atos normativos relacionados à organização da carreira e outros assuntos julgados pertinentes pelo Secretário da Segep.	Representantes de servidores da carreira de EPPGG e Dirigentes da Segep	Portaria nº 75 de 2/4/2015, publicada no DOU de 10/04/2015.	Ativo	Walter Shiguero Emura, Gleisson Cardoso Rubin, Andrei Suarez Afonso Oliveira de Almeida, Leila de Moraes, Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira
Fórum de Gestão de Pessoas da APF (FGP)	Degep /Segep	Objetivo de articular e promover o compartilhamento de conhecimento e experiências em gestão de pessoas, para o aperfeiçoamento da gestão pública.	Segep; Órgãos e Entidades integrantes do Sipep	Portaria nº 1.798, de 25/10/2012, publicada no DOU de 29/10/12.	Ativo	

Fonte: Diário Oficial da União

Adicionalmente, é de se ressaltar que na estrutura funcional da Secretaria não há previsão de funcionamento de Conselhos e Unidades de Auditoria Interna.

3.2 Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos

A Secretaria de Gestão Pública nunca possuiu em sua estrutura unidade específica de correição, conforme definido no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, mas apenas algumas competências disciplinares.

Entretanto, em meados de 2014, foi aprovado pela então Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão o novo Regimento Interno das unidades integrantes da estrutura deste Ministério (Portaria nº 220, de 25/06/2014, publicada no DOU de 26/06/2014), atribuindo à Corregedoria a responsabilidade pela instauração, coordenação e gestão de todos os processos disciplinares da Pasta.

Além disso, até o final de 2014, cabia igualmente ao Secretário de Gestão Pública julgar as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares instaurados para apurar condutas dos servidores oriundos dos Extintos Territórios Federais do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima e aplicar as penalidades previstas no art. 141, inciso III, da Lei nº 8.112/1990, nos termos do artigo 30 Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007, e do § 1º do art. 26 do Decreto nº 8.189, de 21/01/2014. Todavia, esta última competência disciplinar também foi transferida a outro órgão, mais precisamente ao Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, conforme Decreto nº 8.391, de 16/01/2015.

Assim, seja por força do novo regimento interno, seja em razão do Decreto nº 8.391, de 16/01/2015, nenhuma atividade de natureza correcional ou disciplinar foi executada pela Secretaria de Gestão Pública no exercício de 2015.

Ademais, existem atualmente dois processos administrativos disciplinares e uma sindicância investigativa, em fase de instrução, todos instaurados pelo Chefe da Corregedoria do Ministério do Planejamento, objetivando a apuração de fatos supostamente ocorridos no âmbito da Secretaria de Gestão Pública.

3.3 Gestão de riscos e Controles Internos

A Secretaria de Gestão Pública não possui um sistema de controle interno formalizado, porém, existem procedimentos e rotinas de controles internos, realizados pelas Unidades de sua estrutura organizacional. Como exemplo, pode-se citar os processos relacionados ao Projeto Sigepe e ao planejamento estratégico, conforme mencionado em itens anteriores.

Está em estudo, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Riscos, vinculado ao Planejamento Estratégico 2016-2019.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

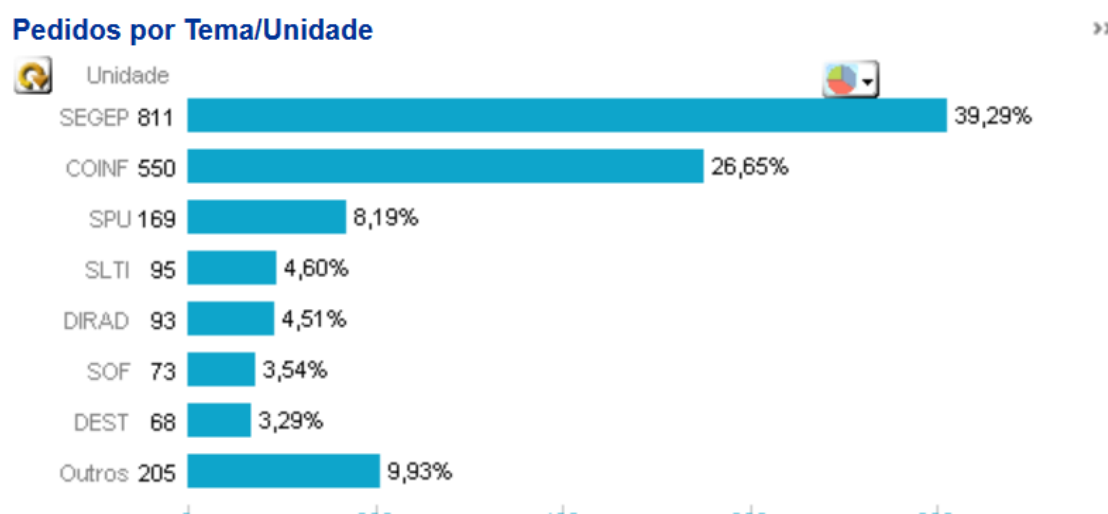
A Segep disponibiliza metodologia para a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão e o “Pesquisa.Gov” (www.pesquisa.gov.br), antigo Instrumento Padrão de Pesquisa e Satisfação (e-IPPS) para os órgãos. Contudo, ela não tem a competência precípua de atendimento direto ao cidadão, razão pela qual não tem elaborada a sua Carta de Serviços ao Cidadão, na forma disciplinada no artigo 11 do Decreto nº 6.932, de 11 de setembro de 2009.

4.1 Canais de acesso do cidadão

Além da disponibilidade de contato por áreas específicas da Secretaria (Gabinete do Secretário, Assessoria, Departamentos, Coordenações-Gerais e Coordenações vinculadas ao Gabinete do Secretário), cujos respectivos endereços eletrônicos e telefones estão divulgados na página do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na *Internet*, ao público em geral, são disponibilizados os seguintes canais de acesso:

- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) - www.esic.gov.br. Esse Sistema permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia. No exercício de 2015, o MP teve 2.064 acessos, dos quais a 811 direcionados à Segep, perfazendo 39,29% do total das demandas.

Gráfico A.4.1.1 Percentual de demandas do SIC por responsável pela resposta



Fonte: Sistema e-SIC.

- Sistema de Consulta de Atos Normativos da Administração Pública Federal (Conlegis) - <https://conlegis.planejamento.gov.br>. Este Sistema hospeda atos normativos e a legislação pertinente à administração de recursos humanos. É uma ferramenta desenvolvida para consultas dos dirigentes e técnicos dos órgãos/unidades integrantes do Sipep, também permitida ao cidadão. Por meio do acesso ao *link* Fale com o Conlegis - <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/faleConoscoFormulario/index.htm> é possível ao cidadão enviar suas reclamações, sugestões, críticas, elogios e pesquisas. Ao longo de 2015, a ferramenta teve 2.071.749 acessos e foram realizadas 281.795 pesquisas.
- Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - <http://www.planejamento.gov.br> Apresenta informações e dados públicos relacionados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, incluindo-se a gestão pública, de maneira a promover ativamente a

disponibilização de conteúdos de interesse dos cidadãos. Por meio do *link* Fale Conosco - <http://www.planejamento.gov.br/faleconosco.asp?index=mp> é possível ao cidadão apresentar seus pedidos de informação, denúncias, elogios, críticas e sugestões.

- Central de Atendimento Alô Segep - alo.segep@planejamento.gov.br; telefone: 08009782328 e formulário eletrônico: http://www1.serpro.gov.br/css/spekx/aciona_segep_Siapenet.asp. É um canal de consulta à disposição do cidadão e do gestor de recursos humanos, para assuntos relativos à temática de pessoal. Permite acompanhar a tramitação de sua demanda desde o início até a conclusão do atendimento. O Fluxo de Atendimento da Central Alô Segep se faz em três níveis para melhor gestão do processo. E os serviços são agrupados por Categorias, sendo:

a) Categoria Siape

- Cadastro Siape
- Certificado Digital Siape
- DW – Data Warehouse
- Folha de Pagamento
- Senha Siape
- Outros

b) Categoria Siape/SiapeNET Saúde

- Aposentado/Pensionista/Anistiado Político Civil
- Servidor/Aposentado/Pensionista
- Cadastro SiapeNET
- Folha de Pagamento SiapeNET
- Siass
- Outros

c) Categoria Sigepe

- Servidor/Aposentado/Pensionista
- Consignatárias
- Gestor RH
- Ações Judiciais
- Mobile
- Cadastrador parcial
- Outros

d) Categoria Siorg

- Novo Siorg
- Acesso
- Cadastrador parcial
- Dúvida/Orientação
- Outros.

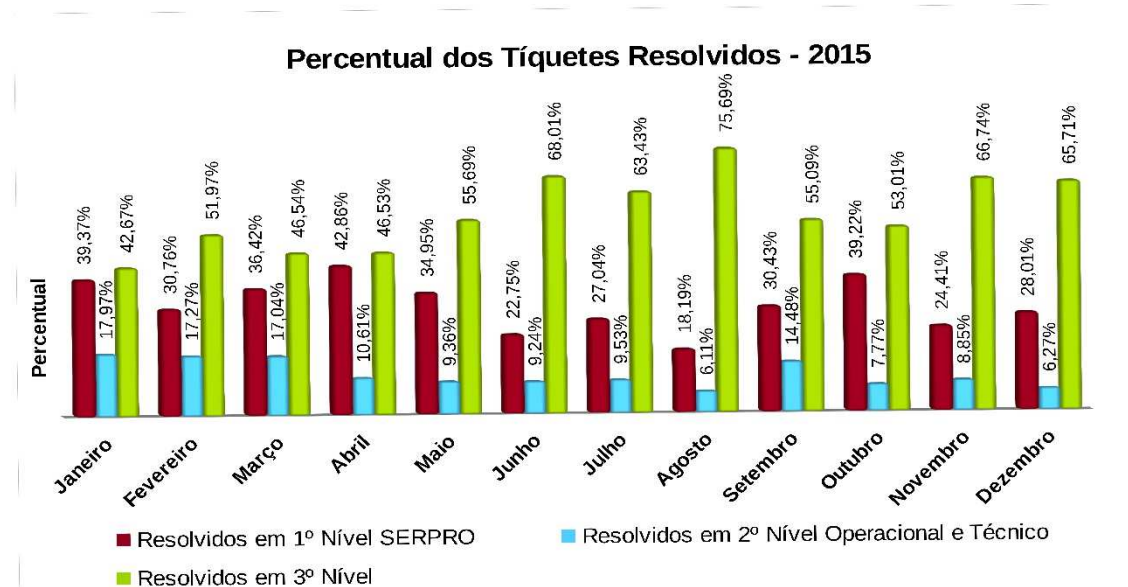
Em 2015, a Central recebeu 93.236 acionamentos (somados os relativos a Siape, Sigepe e Siorg), que foram tratados e resolvidos por cada nível de atendimento, conforme os quadros a seguir:

Quadro A.4.1.2 Quantitativo de Acionamentos Resolvidos por Nível de Atendimento – Siape/SiapeNET/SiapeNET Saúde – 2015

Mês	Total tíquetes	Resolvidos em 1º Nível		Resolvidos em 2º Nível Operacional e Técnico		Resolvidos em 3º Nível SEGEP	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Janeiro	4.425	1.742	39,37%	795	17,97%	1.888	42,67%
Fevereiro	2.640	812	30,76%	456	17,27%	1.372	51,97%
Março	4.302	1.567	36,42%	733	17,04%	2.002	46,54%
Abril	3.271	1.402	42,86%	347	10,61%	1.522	46,53%
Maio	2.661	930	34,95%	249	9,36%	1.482	55,69%
Junho	2.413	549	22,75%	223	9,24%	1.641	68,01%
Julho	2.067	559	27,04%	197	9,53%	1.311	63,43%
Agosto	2.666	485	18,19%	163	6,11%	2.018	75,69%
Setembro	2.162	658	30,43%	313	14,48%	1.191	55,09%
Outubro	2.741	1.075	39,22%	213	7,77%	1.453	53,01%
Novembro	3.040	742	24,41%	269	8,85%	2.029	66,74%
Dezembro	3.570	1.000	28,01%	224	6,27%	2.346	65,71%
TOTAL	35.958	11.521	32,04%	4.182	11,63%	20.255	56,33%

Fonte: Serpro.

Quadro A.4.1.3 Percentual dos Tíquetes Resolvidos – Siape/SiapeNET/SiapeNET Saúde



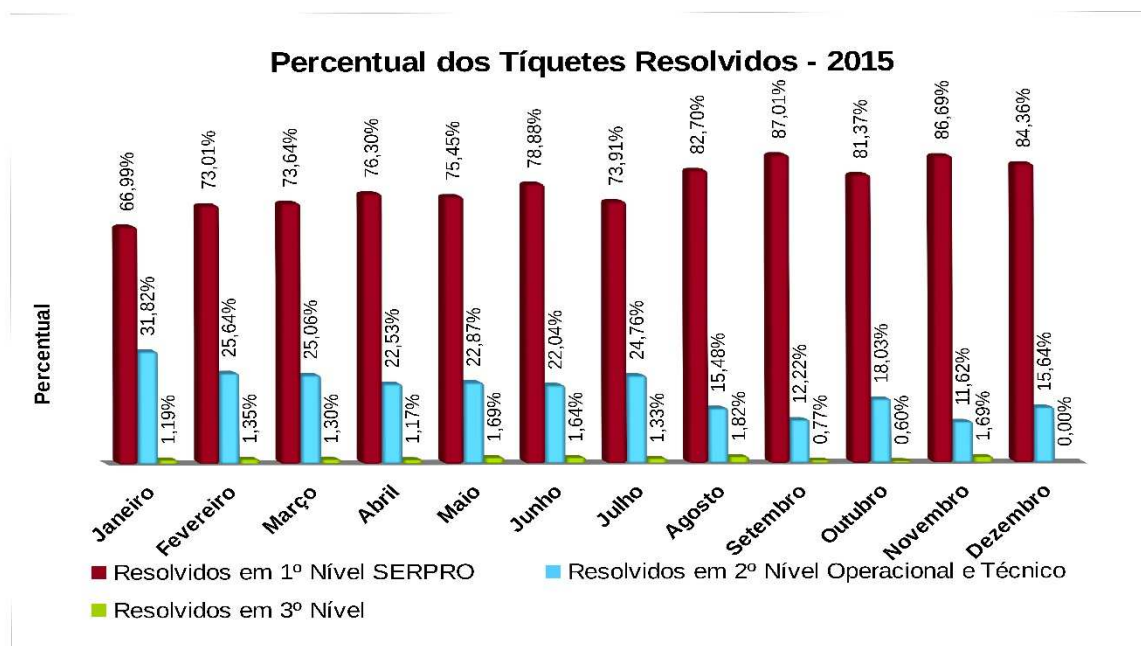
Fonte: Serpro.

Quadro A.4.1.4 Quantitativo de Acionamentos Resolvidos por Nível de Atendimento – Sigepe - 2015

Mês	Total tíquetes	Resolvidos em 1º Nível		Resolvidos em 2º Nível Operacional e Técnico		Resolvidos em 3º Nível SEGEP	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Janeiro	7.037	4.714	66,99%	2.239	31,82%	84	1,19%
Fevereiro	4.813	3.514	73,01%	1.234	25,64%	65	1,35%
Março	6.245	4.599	73,64%	1.565	25,06%	81	1,30%
Abril	4.194	3.200	76,30%	945	22,53%	49	1,17%
Mai	2.904	2.191	75,45%	664	22,87%	49	1,69%
Junho	4.986	3.933	78,88%	980	19,66%	73	1,46%
Julho	4.236	3.426	80,88%	759	17,92%	51	1,20%
Agosto	3.856	3.189	82,70%	597	15,48%	70	1,82%
Setembro	5.867	5.105	87,01%	717	12,22%	45	0,77%
Outubro	4.525	3.682	81,37%	816	18,03%	27	0,60%
Novembro	3.718	3.223	86,69%	432	11,62%	63	1,69%
Dezembro	4.661	3.932	84,36%	729	15,64%	0	0,00%
TOTAL	57.042	44.708	78,38%	11.677	20,47%	657	1,15%

Fonte: Serpro.

Quadro A.4.1.5 Percentual de Acionamentos Resolvidos por Nível de Atendimento – Sigepe



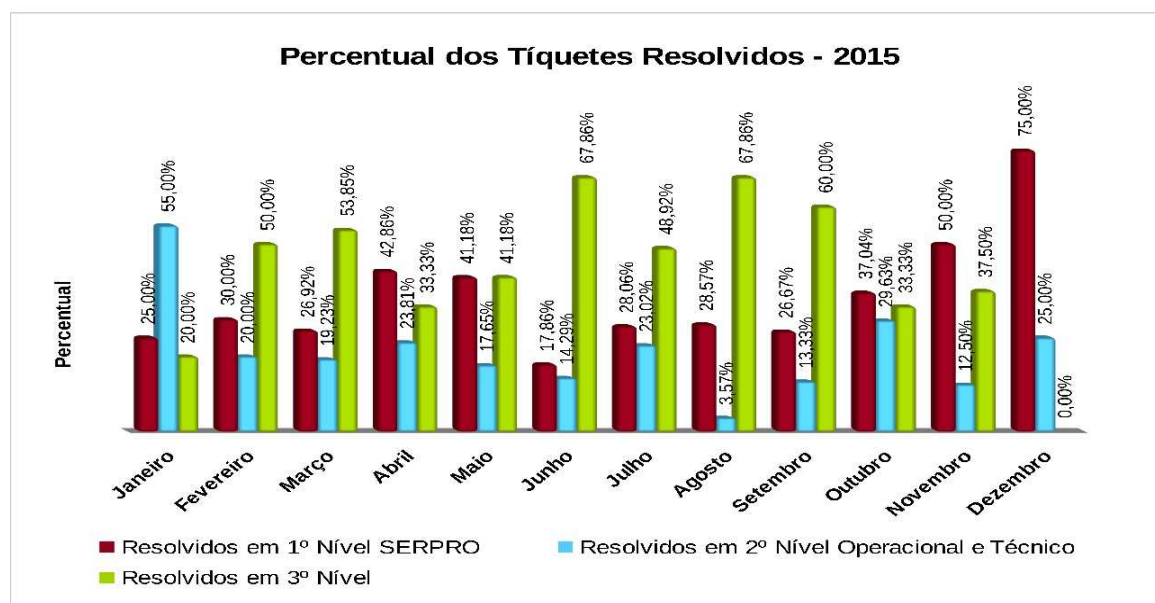
Fonte: Serpro.

Quadro A.4.1.6 Quantitativo de Acionamentos Resolvidos por Nível de Atendimento – Siorg - 2015

Mês	Total tíquetes	Resolvidos em 1º Nível		Resolvidos em 2º Nível Operacional e Técnico		Resolvidos em 3º Nível SEGEP	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Janeiro	20	5	25,00%	11	55,00%	4	20,00%
Fevereiro	10	3	30,00%	2	20,00%	5	50,00%
Março	26	7	26,92%	5	19,23%	14	53,85%
Abril	21	9	42,86%	5	23,81%	7	33,33%
Maiο	17	7	41,18%	3	17,65%	7	41,18%
Junho	28	5	17,86%	4	14,29%	19	67,86%
Julho	17	3	17,65%	2	11,76%	12	70,59%
Agosto	28	8	28,57%	1	3,57%	19	67,86%
Setembro	30	8	26,67%	4	13,33%	18	60,00%
Outubro	27	10	37,04%	8	29,63%	9	33,33%
Novembro	8	4	50,00%	1	12,50%	3	37,50%
Dezembro	4	3	75,00%	1	25,00%	0	0,00%
TOTAL	236	72	30,51%	47	19,92%	117	49,58%

Fonte: Serpro.

Quadro A.4.1.7 Percentual de Acionamentos Resolvidos por Nível de Atendimento – Siorg



Fonte: Serpro.

4.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado por uma organização pública com o objetivo de informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos em termos de padrões de atendimento.

A Carta de Serviços ao Cidadão resulta da revisão da metodologia de Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, com a incorporação de paradigmas e métodos participativos e de controle de resultados especialmente no que tange ao foco na fixação de padrões de desempenho institucional. O novo Guia Metodológico da Carta de Serviços

ao Cidadão está disponibilizado no portal Gespública, <http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-04-26.4809412060>.

O Instrumento Padrão de Pesquisa e Satisfação dos usuários dos serviços públicos (e-IPPS), está disponibilizado no *link*: www.pesquisa.gov.br. Trata-se de um instrumento para realização de pesquisa de opinião e de dados e não só de investigação do nível de satisfação dos usuários de um serviço público. As pesquisas podem ser realizadas via *e-mail*, *weblink* e presencial. Com este sistema, é possível elaborar questionários, calcular amostras, tabular dados e emitir tabelas e gráficos pré-formatados.

Entre 06 de agosto a 05 de novembro de 2015, a Secretaria de Gestão Pública realizou “curso de pesquisa de satisfação nos órgãos públicos”, com consultor contratado via Prosis, conforme já detalhado no item Desempenho Operacional.

No ano de 2015, a Secretaria de Gestão Pública passou a cooperar de forma mais atuante, a partir do mês de abril de 2015, com o projeto do Portal de Serviços (www.servicos.gov.br), liderado pela Secretaria de Logística e de Tecnologia da Informação (SLTI). Neste sentido, a Segep está discutindo, com diversos parceiros no governo federal, um conjunto de definições e iniciativas relacionadas aos serviços públicos, seja no contexto do governo eletrônico, seja no contexto da Carta de Serviços ao Cidadão.

4.3. Aferição do grau de satisfação dos usuários

A Central Alô Segep dispõe de mecanismos para efetuar o controle de qualidade dos produtos e serviços prestados.

Para medir a qualidade dos atendimentos e desta forma verificar o nível de satisfação dos usuários, a central avalia o serviço prestado com nota/conceito, o tratamento de solicitações reabertas, e o tratamento de reclamações. Na conclusão dos acionamentos registrados na ferramenta de *workflow* com usuário identificado, é encaminhado um e-mail para que o mesmo possa manifestar-se sobre o atendimento recebido. Esta atividade é realizada automaticamente pela ferramenta de *workflow* e aguarda manifestação do usuário durante cinco dias corridos. Não havendo manifestação no prazo mencionado, o registro é automaticamente encerrado pelo sistema por decurso de prazo. Esta medição da qualidade do atendimento abrange os 1º, 2º e 3º níveis.

O atendimento de 2º nível é realizado por empregados do Serpro e o atendimento de 3º nível é realizado por servidores da Segep que detém maior grau de conhecimento e especialização nos assuntos tratados pela Central.

Em 02 de outubro de 2015 foi implantada a nova ferramenta de gerenciamento do Alô Segep: o SCCD (<https://www.sccd.serpro>).

Todos os acionamentos que foram iniciados na antiga ferramenta (SPEKX) – até 1º de outubro de 2015 – foram tratados e finalizados nessa plataforma.

Quadro A.4.3.1 Central Alô Segep – satisfação com o atendimento realizado – 1º 2º e 3º níveis

Mês	Total de tickets Recebidos			Total de tickets respondidos no CQ			Tickets avaliados com nota 4 a 5			Percentual Satisfação		
	SERPRO		SEGEP	SERPRO		SEGEP	SERPRO		SEGEP	SERPRO		SEGEP
	1º Nível	2º Nível		1º Nível	2º Nível		1º Nível	2º Nível		1º Nível	2º Nível	
Janeiro	6.461	3.045	1.976	513	520	337	262	176	53	68,70%	65,91%	62,26%
Fevereiro	4.329	1.692	1.442	453	294	334	274	108	79	70,44%	76,85%	69,62%
Março	6.173	2.303	2.097	648	312	370	327	110	96	70,64%	64,55%	81,25%
Abril	4.611	1.297	1.578	440	220	248	241	75	30	76,35%	81,33%	73,33%
Mai	3.128	916	1.538	279	138	230	167	49	53	79,04%	79,59%	60,38%
Junho	4.487	1.207	1.733	375	153	252	223	46	45	75,78%	71,74%	80,00%
Julho	3.988	958	1.374	375	153	256	223	46	49	75,78%	71,74%	77,55%
Agosto	3.682	761	2.107	304	135	219	172	44	49	77,33%	86,36%	75,51%
Setembro	5.771	1.034	1.254	522	199	177	204	76	39	68,00%	69,74%	82,05%
Outubro	4.767	1.037	1.489	204	81	116	176	64	49	86,27%	79,01%	42,24%
Novembro	3.969	702	2.095	119	49	85	91	36	47	76,47%	73,47%	55,29%
Dezembro	4.935	954	2.346	69	32	77	54	22	54	78,26%	68,75%	70,13%
TOTAL	56.301	15.906	21.029	4.301	2.286	2.701	2.414	852	643	75,26%	74,09%	69,13%

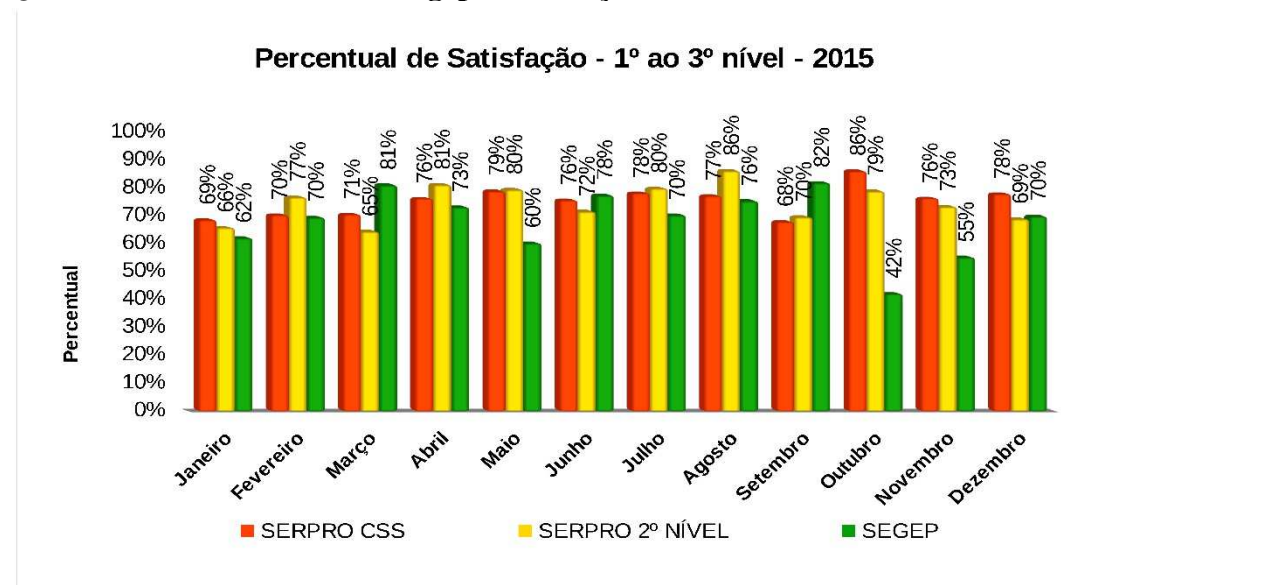
Fonte: Serpro.

Está em andamento estudo para implantação de mecanismo de avaliação da qualidade do atendimento do 1º nível, responsável por efetuar a triagem das demandas a partir de scripts de atendimento.

Ao se analisar o percentual de satisfação dos usuários, deve-se levar em conta que a avaliação dos usuários não é obrigatória. Não é possível separar o percentual de satisfação por serviço, mas apenas por atendimento.

Nas respostas ao Controle de Qualidade, veja-se que o nível de satisfação com o atendimento da Segep (3º nível), no ano de 2015, foi de 69,13%.

Quadro A.4.3.2 Central Alô Segep – satisfação com o atendimento realizado – 1º 2º e 3º níveis



Fonte - Serpro

4.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No que diz respeito à promoção da transparência e do acesso à informação, em 2015, foi desenvolvido o Painel virtual, uma nova ferramenta que simplifica e dá mais transparência à apresentação de dados sobre a força de trabalho do Executivo Federal. O painel apresenta uma série histórica, a partir de 2010, com panorama geral sobre quantidade, área de atuação do órgão, localização geográfica do servidor, faixa etária, sexo e despesa destinada ao pagamento de servidores públicos federais. O sistema, construído de forma amigável, está disponível para qualquer cidadão no site <http://paineldoservidor.planejamento.gov.br>.

Além disso, para facilitar as consultas da sociedade, foi disponibilizada a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis (<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/noticias/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-esta-acessivel-em-planilha-eletronica-aberta>), contendo as remunerações e subsídios atribuídos por lei aos cargos e carreiras do Executivo Federal. A divulgação no formato aberto permite a manipulação, cruzamento e novas análises sobre os dados de remuneração dos servidores. No mesmo formato está disponível também o Boletim Estatístico de Pessoal. O documento é uma das fontes de consulta mais acessadas do Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.5. Medidas para garantir a acessibilidade dos produtos, serviços e instalações

As informações referentes à área de atuação e as competências da Segep estão disponibilizadas no Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, endereço www.planejamento.gov.br. Por meio do *link* “Assunto”, pode-se navegar nas páginas da Gestão Pública, da Segep, acessando também o Conlegis e a Central de Atendimento Alô Segep, *links* já informados.

No âmbito da esfera de competência da Segep, tem-se o Gespública, cujas alternativas de acesso são <http://www.gespublica.gov.br> e respectivo *e-mail* institucional, gespublica@planejamento.gov.br.

Em relação às informações sobre os documentos e processos que tramitam no âmbito da Segep, de interesse público e do cidadão, o acesso se dá por meio do endereço eletrônico <https://protocolointegrado.gov.br>.

Ainda, no que se refere ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), criado a partir da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, o acesso pode se dar via www.esic.gov.br e/ou pelo endereço Esplanada dos Ministérios, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Bloco K, 4º andar, CEP: 70040-906.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O conteúdo relativo às informações sobre Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos será apresentado no Relatório de Gestão consolidado da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento. De acordo com o art. 19 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Anexo II da Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/14, compete à sua Diretoria de Planejamento e Gestão (Dipla/SE) a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de contabilidade. À Coordenação de Contabilidade, vinculada à Dipla/SE, compete elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais.

Quanto ao item relativo à Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade, cabe esclarecer que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não possui Setorial de Custos, conforme informado no Relatório de Gestão do Ministério.

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas foram elaboradas pela Dipla e estão relacionadas no Anexo, por Unidade Gestora.

A Segep apresenta na aba específica do sistema E-Contas a Declaração do contador sobre a integridade dos registros contábeis no Siafi. A Declaração do Contador apresenta ressalva relativa a convênio na situação a aprovar, com data expirada nos meses de janeiro a dezembro na UGE 201029 – Promoex.

Cabe informar que o Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex) teve sua vigência expirada em 13/09/2013. A ressalva relativa a convênio na situação a aprovar constante da Declaração do Contador se refere à prestação de contas apresentada e registrada no Siafi, cuja análise técnica foi concluída pela unidade técnica (Segep) em 2014 e enviada para análise financeira. Porém, até o final do exercício de 2015, encontra-se na Dirad pendente de análise e encerramento.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O preenchimento dos quadros desse item baseou-se em dados encaminhados pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (COGEP/Dirad/SE/MP), unidade responsável pela gestão de pessoas no âmbito do MP, de acordo com o art. 68, do Anexo II, da Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/2014.

As informações do item Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal, caso haja, estarão reportadas no Relatório Consolidado do Ministério do Planejamento, tendo em vista o assunto não ser da competência desta Secretaria. Assim como as informações relativas às atividades relacionadas a compras e contratações do MP que são geridas pela Coordenação-Geral de Aquisições (Dirad), nos termos do art. 60 da Portaria MP nº 220, de 2014, de modo a assegurar práticas convergentes com a sustentabilidade ambiental.

A Segep não apresenta, em suas competências legais, ações relacionadas à Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, portanto não há o que informar no presente Relatório de Gestão.

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

De acordo com a Cogep/Dirad/SE/MP, não é possível informar a lotação autorizada no quadro da força de trabalho, visto que o quadro de pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é formado também por servidores provenientes de órgãos extintos.

O total de cargos em comissão e funções gratificadas de cada Secretaria é o constante do Decreto nº 8.199 de 21/01/2014, alterado pelo Decreto 8.391 de 16/01/2015.

Não foi levada em consideração a estrutura publicada pelo Decreto nº 8.578 de 26/11/2015 devido à permanência mínima desse dispositivo no ano de referência para o relatório.

Importante relatar que o número de servidores cedidos com ônus é de 166, cedidos sem ônus é de 109 e o número de servidores afastados é de 1.302. Desse total, 1.237 são servidores de carreira em exercício descentralizado.

Quadro A.6.1.1a Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	326	14	52
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	0	326	14	52
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	229	4	30
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	94	9	22
1.2.5. Anistiados	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	38	5	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	17	3	11
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	381	22	68

Fonte: Relatório encaminhado pela Cogep/Dirad/SE/MP.

Quadro A.6.1.1b Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	45	281
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	45	281
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	33	196
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	82
1.1.5. Anistiados	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	38
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	13
4. Total de Servidores (1+2+3)	49	332

Fonte: Relatório encaminhado pela Cogep/Dirad/SE/MP.

Obs: Foram consideradas como Áreas Meio as unidades da Secretaria, Secretarias Adjuntas, Gabinete, Assessoria, Coadi, Cogin e Coev. As demais foram consideradas como sendo Áreas Fim.

Quadro A.6.1.1c Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	121	101	52	55
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	121	101	52	55
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	57	36	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	27	10	19
1.2.4. Sem Vínculo	0	17	6	12
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	7	4	0	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	3	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	128	105	52	60

Fonte: Relatório encaminhado pela Cogep/Dirad/SE/MP.

Obs.: Não há detalhamento para “Aposentados”, pois os servidores aposentados da Administração Pública que exercem DAS são vistos no sistema apenas como servidores sem vínculo.

Análise Crítica

A força de trabalho à disposição da Segep se concentra da seguinte forma: 85,56% de servidores de carreira, sendo que 70,24% desse contingente são servidores de carreira vinculada ao MP.

A Segep dispõe de 38 servidores com contratos temporários aprovados no Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o Edital nº 1 - MP, de 29/05/2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 31/05/2013, cujo resultado final foi homologado pelo Edital nº 07 – MP, de 10/10/2013, publicado no DOU de 11/10/2013.

Com relação à distribuição da lotação efetiva, a Secretaria apresenta 87,13% da sua força de trabalho na área fim, composta por sete Departamentos (Deddi, Desin, Denop, Desap, Degep, Desep, Desig) e uma Coordenação-Geral (CGMFT). Destaca-se que 100% da força de trabalho da área meio são servidores de carreira, enquanto na área fim o percentual atinge 84,63%.

Quanto à estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, do total autorizado por lei, 77,34% se referem a cargos em comissão, mais especificamente do grupo Direção e Assessoramento Superior, dos quais 82,82 % estão ocupados por servidores de carreira.

Em relação às informações sobre a quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade; resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados; possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria; e eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC devem ser fornecidas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogep/Dirad/SE/MP), responsável pela gestão de pessoas no âmbito do MP, de acordo com o art. 68, do Anexo II, da Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/2014

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro A 6.1.2a Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais Previdenciá rios	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	220.352.056,53	599.211,38	79.382.225,63	7.966.862,79	7.282.909,89	1.963.797,32	(54.133,36)	512.557,92	16.583,40	318.022.071,50
	2014	221.757.726,35	510.885,83	72.082.524,79	7.824.158,50	7.656.778,79	2.019.908,92	(78.409,96)	146.580,77	16.738,34	311.936.892,33
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	1.450.782,06	230.620,71	2.833.671,29	178.688,23	60.651,10	8.707,78	(8.843,13)	2.975,77	0,00	4.757.253,81
	2014	1.775.349,46	194.513,18	2.812.328,55	124.303,03	42.478,40	10.104,05	0,00	2.826,56	0,00	4.961.903,23
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	1.558.943,11	18.117,24	144.100,74	81.849,14	132.013,38	29.277,36	0,00	4.510,19	0,00	1.968.811,16
	2014	1.567.093,75	20.383,82	144.762,94	40.422,57	136.234,01	27.042,72	0,00	1.316,08	0,00	1.937.255,89
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	30.916.816,47	0,00	3.984.624,62	904.064,60	608.380,42	140.769,92	0,00	18.396,40	0,00	36.573.052,43
	2014	23.728.708,90	0,00	2.911.006,82	636.196,31	503.037,31	100.001,35	(5.743,96)	2.927,96	0,00	27.876.134,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	3.008.656,20	0,00	258.029,96	113.032,98	184.212,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.563.931,98
	2014	3.355.692,39	0,00	272.496,15	27.229,45	206.805,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.862.223,18
Servidores cedidos sem ônus											
Exercícios	2015	22.042.815,13	0,00	3.072.074,68	549.393,74	426.989,50	102.147,88	(5.616,38)	29.332,80	0,00	26.217.137,35
	2014	19.316.480,87	0,00	2.578.468,46	542.654,66	399.893,71	92.669,82	(6.007,40)	0,00	0,00	22.924.160,12
Compôr força de trabalho											
Exercícios	2015	33.759,24	2.381,27	2.813,27	937,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.891,53
	2014	32.129,64	0,00	2.677,47	43,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.850,19

Fonte: Relatório encaminhado pela Cogep/Dirad/SE/MP.

6.1.3 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

As informações sobre terceirização regular de mão-de-obra, que diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora das atividades-fim da Unidade, estarão reportadas no Relatório Consolidado do Ministério do Planejamento, tendo em vista o assunto ser da competência da Coordenação-Geral de Gestão de Contratos (CGCON/Dirad/SE) de acordo com o art. 85, do Anexo II, da Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/2014.

Em relação à contratação de estagiários, o quadro abaixo demonstra a quantidade de estagiários na área meio e na área fim e as respectivas despesas relativas ao ano de 2015.

Quadro A 6.1.3 Quantidade de estagiários

Segep					
Nível de Escolaridade	Média de estagiários contratados				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior					
1.1 Área Fim	21,00	22,00	19,67	22,00	151.285,15
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
1.1 Área Fim	4,33	3,67	2,00	0,33	12.303,65
1.2 Área Meio					
3. Total	25,33	25,67	21,67	22,33	163.588,80

Fonte: Relatório encaminhado pela Cogep/Dirad/SE/MP.

Informações referentes à visão gerencial da política de contratação de estagiários; sobre norma interna com as regras de contratação; às exigências sobre especialização e correlação com o negócio da unidade; aos limites e impedimentos para a contratação; à evolução das quantidades e das despesas nos últimos anos deve ser devem ser apresentadas pela Coordenação- Geral de Gestão de Pessoas (Cogep/Dirad/SE/MP), responsável pela gestão de pessoas no âmbito do MP, de acordo com o art. 68, do Anexo II, da Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/2014.

6.1.3.1 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

No exercício de 2015, esta Secretaria teve seus créditos orçamentários contingenciados, inclusive aqueles destinados à capacitação dos servidores. Esse fato prejudicou consideravelmente o desenvolvimento das ações pertinentes ao incentivo à capacitação continuada nesse exercício.

A forma utilizada para minimizar essa situação foi recorrer a parcerias estabelecidas com a Escola de Administração Pública (Enap) e com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.

Essas duas instituições ofereceram, aos servidores desta Secretaria, capacitações relacionadas com as competências previstas no Plano de Capacitação 2012/2015, tais como: Gestão de Pessoas, Gestão por Resultados, Gestão de informação, Direito Administrativo e Constitucional e Orçamento Público.

Por intermédio dessas parcerias, a Segep obteve 76 registros em eventos de capacitação sem ônus. Cumpre informar que a maioria desses registros se referem a capacitações junto à Enap relativos ao Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras. Esse Programa é formado por um conjunto de cursos de curta duração e seminários, que abordam temas de interesse da Administração Pública Federal e buscam contribuir para o desenvolvimento profissional contínuo dos servidores e de competências essenciais para a melhoria da gestão de políticas públicas no governo federal.

Ademais, a Secretaria apresenta três registros de capacitação com ônus relativos ao curso Tesouro Gerencial, organizado pela Esaf, cujas despesas foram executadas na 20U1.

6.2 Gestão de tecnologia da Informação

6.2.1 Principais Sistemas de Informações

A Gestão da Tecnologia da Informação na Segep contempla as proposições de desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas que suportam os processos finalísticos da Secretaria, o gerenciamento dos sistemas informatizados, para garantia do seu desenvolvimento, manutenção e segurança, e a garantia da segurança da informação e da qualidade e confiabilidade dos dados.

Quadro A 6.2.1a - Sistemas Utilizados pela Segep

Sistemas Utilizados	Função
Conlegis	Possibilitar a pesquisa de legislação sobre recursos humanos no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, integrado à Rede de Informação Legislativa e Jurídica LexML.
Portal das Consignatárias	Possibilitar o envio de arquivos para consignação de valores, de documentação para atualização de cadastro de consignatárias e para acompanhamento de processos administrativos.
Portal Gestão Pública	Divulgar o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).
Portal Sipec	Divulgar de ações de capacitação e eventos similares possibilitando o registro de inscrições nesses eventos.
SEI-AFD	Permitir a Gestão dos arquivos do AFD.
SGS	Permitir a Gestão dos Serviços contratados para digitalização das pastas funcionais para criação do AFD.
Siape	Controlar o cadastro e a folha de pagamento dos servidores vinculados aos órgãos integrantes do Sipec.
Siape DataWarehouse	Disponibilizar dados do sistema Siape, organizados por assunto, onde o próprio usuário seleciona os dados para compor relatórios conforme sua necessidade de informação a partir do ambiente <i>Microstrategy</i> , próprio para esse tipo de banco de dados.
SiapeNet - Órgão	Permitir consultas à base cadastral e financeira do Siape bem como controlar as concessões de adicionais, o registro de ocorrências de afastamento, as adesões a plano de previdência complementar da Funpresp dentre outras funcionalidades.
SiapeSaúde	Proporcionar o controle dos registros de exames periódicos, perícias oficiais, programas de promoção e vigilância a saúde e exames admissionais.
Siorg	Proporcionar o registro, aprovação e a divulgação das estruturas organizacionais dos órgãos integrantes da APF.
WebService Siape	Possibilitar a integração de sistemas com o sistema Siape.
Siga	Conceber e operacionalizar módulos de auditoria dos pagamentos de servidores e de gestão dos ciclos de auditoria.
Eipps	Projeto Internalização do Pesquisa.gov
Sigepe	Permitir a Gestão de Pessoas considerando os processos de trabalho.

Fonte: Desin/Segep.

Quadro A 6.2.1b - Sistemas Desativados

Sistemas desativados visando otimização de recurso	Função
Portal AFD	Desativado e migrado para o Portal Sigepe.
Escola Segep	Desativado e migrado para a Escola Virtual da Enap.

Fonte: Desin/Segep.

Quadro A 6.2.1c - Sistemas a serem desenvolvidos

Sistemas a serem desenvolvidos ou evoluídos	Função
Sigepe	Continuação do Projeto Sigepe – que visa permitir a Gestão de Pessoas considerando os processos de trabalho.
Gespública - Autoavaliação	Permitir o registro da Autoavaliação da gestão de uma organização pública para verificar o grau de aderência de seus processos gerenciais em relação ao Modelo de Excelência em Gestão Pública, referencial do Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).
SIGRH - Banco de Talentos	Aprimorar a gestão das carreiras: de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG); de Analista de Desenvolvimento de Políticas Sociais (ATPS); de Analista de Infraestrutura (AIE) e do Cargo Isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior (EIS), por propiciar o conhecimento do perfil dos integrantes e as respectivas trajetórias profissionais atendendo os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none">• Reunir informações pessoais, profissionais e acadêmicas dos Servidores;• Fornecer subsídios para atividades de gestão das carreiras;• Prover informações para auxiliar na formatação de cursos e concursos;• Agilizar ações de recrutamento e seleção interna;• Otimizar processos de lotação e de movimentação.

Fonte: Desin/Segep.

Quadro A 6.2.1d - Projetos Concluídos

Projetos Concluídos	Descrição
Projeto Migração da Escola Virtual Segep para Enap	Migrar a escola virtual Segep para o ambiente da Enap.
Projeto Internalização do Siga	Internalizar o conhecimento técnico sobre a aplicação Siga, desenvolvida pela UnB, com acordo de cooperação, de forma que a equipe do MP, possa garantir a manutenção da aplicação.
Projeto Internalização do Pesquisa.gov (Eipps)	Internalizar o conhecimento técnico sobre a aplicação Siga, desenvolvida pela UFRJ, com acordo de cooperação, de forma que a equipe do MP, possa garantir a manutenção da aplicação.
Projeto Conexão	Desenvolver nova versão da Intranet para a Segep
Disponibilização das informações dos Anistiados Políticos	Disponibilizar informações dos anistiados políticos no portal da transparência, atendendo a Acórdão do TCU.
Projeto redução do custo com impressão de documentos	Acessar por meio do Portal os comprovantes de rendimentos dos servidores, aposentados, pensionistas e empregados públicos da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas vinculadas ao Poder Executivo Federal
Projeto Sigep - Consignações – Revalidação do Cadastro de Consignatárias	Gerenciar o processo de revalidação anual do cadastro das Consignatárias.
Projeto Sigep - Consignações – Extrato e Simulador	Permitir ao servidor a consulta do seu extrato de consignações, pela qual o servidor poderá verificar, em tempo real, sua margem consignável. Permitir que o servidor realize simulações de empréstimos consignáveis em diferentes consignatárias. Este módulo atende ainda as recomendações do TCU.
Projeto Sigep - Pesquisa de prioridades de informatização com os órgãos do Sipe	Aplicação de questionário aos órgãos do Sipe quanto às necessidades de informatização da área de gestão de pessoas com o objetivo de replanejar as prioridades do projeto Sigep. O questionário foi aplicado durante 2 semanas e 74 órgãos (cerca de 35% do total) responderam.
Projeto Sigep <i>Mobile</i> - Contracheque	Desenvolver aplicativo Móvel para consulta de Contracheque pelos Servidores e Pensionistas do Poder Executivo Federal. Escopo inicial: informações financeiras
Projeto Evolução do sistema que disponibiliza informações gerenciais do Siape (DataWarehouse - DW Siape)	Evolução do sistema que disponibiliza informações gerenciais do Siape (DataWarehouse DW Siape)
Projeto Certificação Digital operadores Siape	Certificar os operadores do Sistema Siape para que o acesso ao sistema seja realizado exclusivamente com certificado digital padrão ICP-Brasil
Projeto de ajuste do nível de acesso dos operadores Siape (Limitação do nível geral – senha 9)	Restringir o acesso dos operadores Siape a informações de seu respectivo órgão, permitindo o acesso nível geral apenas aos órgãos de controle e gestores do sistema na Segep
Projeto de implementação de ações de segurança para adequação à nova Política de Segurança do Siape.	Atender ao disposto na Portaria Segep nº 236 de 08 de dezembro de 2014, que instituiu a política de segurança do Sistema Siape

Projeto de Guia “Dúvidas de acesso” no portal Sigepe	Prover informações aos usuários dos sistemas Siape, Extrator de dados, DW e Siape Saúde a respeito dos fluxos de solicitação de acesso, certificação digital e Sigepe <i>mobile</i> .
Projeto de migração do sistema de consignações (Sigmac) para o Serpro	Fazer a transição do sistema de consignações (Sigmac), sob a responsabilidade da Consist, para o Serpro.

6.2.2 Contratos na área de Tecnologia da Informação

A Segep tem a responsabilidade técnica, por meio do Desin (fiscais de contrato), da gestão do Contrato nº 45/2012, assim como a gestão técnica dos serviços realizados para a Segep, e executados por meio do Contrato nº 59/2012, que é da responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva (DTI/SE).

Quadro A 6.2.2 Contratos TI-2015

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2015 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
045/2012	Desenvolvimento do Sistema Sigepe e Siorg	13/09/12 a 13/09/17 (Sessenta meses)	Serpro 33683111/ 0001-07	Consórcio Serpro e Dataprev	97.320.593,60	3.197.553,00 Dataprev
			Dataprev 42422253/ 0001-01			11.021.064,00 Serpro
059/2012	Prestação de serviços especializados em TI, para atendimento das unidades do MP	01/12/12 a 31/12/16 (6º Termo Aditivo)	33683111/ 0001-07	Serpro	200.000.000,00	185.000.000,00 Valores totais relativos aos serviços do MP

Fonte:DTI/SE

6.2.3 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Em relação às informações sobre o Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional e a descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas, elas devem ser fornecidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/SE/MP), responsável pelas ações relacionadas à TI no âmbito do MP, de acordo com o art. 99, do Anexo II, da Portaria GM-MP nº 220, de 25/06/2014.

7.CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

As informações referentes aos itens abaixo serão tratadas, caso haja, no âmbito do Relatório Consolidado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

7.3 - Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário;

7.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993;

7.5 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento; e

7.6 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhadas para a Secretaria de Gestão Pública eram acompanhadas pela Assessoria do Gabinete da Segep, que as enviava às áreas específicas para a elaboração da resposta. O acompanhamento dos prazos e das respostas era feito por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), utilizando o módulo de Acompanhamento Especial e também utilizando planilhas Excel.

No ano de 2015 foram enviadas pelo TCU um total de 36 demandas à Secretaria, das quais doze foram do tipo “Determinação”, dezenove foram do tipo “Inabilitação” e cinco foram do tipo “Recomendação”.

A seguir apresenta-se um quadro com todas as demandas encaminhadas pelo TCU à Segep no exercício.

Quadro A.7.1a – Quadro Resumo das Demandas do TCU

Processo TCU	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência	Área	Tipo	Atendida	Documentos expedidos	Justificativa
TC 027.218/2014-7	Acórdão 3365/2014-TCU-Plenário	1.7.2	Ofício nº 1655/2015-TCU/SEfip de 12/02/2015	24/02/2015	DEGEP	Determinação	SIM	Nota Técnica nº. 256/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP-MP, Ofício nº 382/2015/SEGEP/MP, 20/05/2015	
TC 030.981/2011-5	Acórdão 303/2015-TCU-Plenário	9.2/9.3	Aviso nº 116-Seses-TCU-Plenário de 26/2/2015	13/03/2015	DENOP	Determinação	SIM	Nota Técnica SEI nº 2295/2015-MP, Ofício SEI nº 11214/2015-MP, 21/09/2015	
TC 030.981/2011-5	Acórdão 303/2015-TCU-Plenário	9.2/9.3	Ofício nº 2890/2015-TCU/SEFIP de 11/3/2015	20/03/2015	DENOP	Determinação	SIM	Nota Técnica SEI nº 2295/2015-MP, Ofício SEI nº 11214/2015-MP, 21/09/2015	
TC 037.600/2011-7	Acórdão 486/2015-TCU-Plenário	9.3	Aviso nº 310-CP/TCU de 31/3/2015 Ofício nº 0257/2015-TCU/Secex/Defesa de 16/3/2015	06/04/2015	DESAP	Determinação	NÃO		Informar em item específico do RG
TC 006.134/2012-2	Acórdão 246/2015-TCU-Plenário	9.2	Aviso nº 439-GP/TCU de 28/04/2015	30/04/2015	DEGEP	Determinação	SIM	Nota Técnica nº 287/2015/CGAUD/DEGEP/SEGEP-MP, Ofício nº 405/2015/SEGEP-MP, 05/06/2015	
TC 007.680/2014-7	Acórdão 3304/2014-TCU-Plenário	9.2/9.7	Ofício nº 0858/2014-TCU/Secex/Desen de 2/12/2014	26/05/2015	DESIG	Determinação	SIM	Nota Técnica Conjunta nº 006/2015/DESIG/DEDDI/SEGEP-MP, Ofício nº 419/2015/SEGEP/MP, 08/06/2015	
TC 034.062/2011-4	Acórdão 1176/2015 -TCU -Plenário	9.2/9.4	Ofício nº 6355/2015-TCU/SEFIP de 27/5/2015	03/06/2015	DEGEP	Determinação	SIM	Nota Técnica SEI nº 2995/2015, Ofício SEI nº 14720/2015-MP, 06/10/2015	
TC 021.882/2013-4	Acórdão 2876/2015-TCU-1ª Câmara	1.7.3	Ofício nº 1495/2015-TCU/SECEX-RJ de 1/6/2015	11/06/2015	DESEP	Determinação	SIM	Nota Informativa SEI nº 299/2015-MP, Ofício nº 615 /2015/SEGEP-MP, 31/08/2015	
TC 019.550/2014-6	Acórdão 5248/2015 -TCU-1ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 2921/2015-TCU/SECEX-RJ de 21/9/2015	29/09/2015	DESEP	Determinação	NÃO		Dentro do prazo de resposta. (27/03/2016)
TC 010.507/2014-0	Acórdão 2212/2015-TCU-Plenário	9.5	Ofício nº 16343/2015-TCU/SEfip de 27/10/2015	04/11/2015	DEDDI	Determinação	NÃO		Dentro do prazo de resposta. (02/05/2016)
TC 045.925/2012-7	Acórdão 6959/2015 - TCU - 1ª Câmara	9.5	Ofício nº 18329/2015-TCU /SEFIP, de 18/ 11/2015	24/11/2015	DENOP	Determinação	SIM	Nota Técnica SEI nº 5606/2015-MP, Ofício SEI nº 27107/2015-MP, 24/12/2015	
TC 023.014/2014-8	Acórdão 7790/2015-TCU-1ª Câmara	9.4	Aviso nº 150-Seses-TCU-P Câmara de 2/12/2015	08/12/2015	DESEP	Determinação	NÃO		Dentro do prazo de resposta. (05/06/2016)
TC 031.584/2012-8	Acórdão 2445/2014-TCU-Plenário	9.2	Ofício nº 0199/2015-TCU/SECEX-GO de 26/1/2015	03/02/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Informativa nº 59/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP-MP	
TC 015.721/2007-2	Acórdão 1328/2014-TCU-Plenário	9.9	Ofício nº 0134/2015-TCU/SECEX-MA de 26/1/2015	03/02/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Informativa nº 61/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP-MP	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 022.260/2010-2	Acórdão 216/2013-TCU-Plenário	9.4	Ofício nº 0082/2015-TCU/SECEX-MS de 12/2/2015	26/02/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Informativa nº 102/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP	
TC 015.721/2007-2	Acórdão 1328/2014-TCU-Plenário	9.9/9.10	Ofício 0473/2015-TCU/SECEX-MA de 26/2/2015	04/03/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Informativa nº 114/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 167/2015/SEGEP-MP, 17/03/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 032.082/2011-8	Acórdão 2524/2014-TCU-Plenário	9.10	Ofício nº 0495/2015-TCU/SECEX-MA de 26/2/2015	06/03/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Informativa nº 135/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 185 /2015-SEGEP/MP, 19/03/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 000.605/2011-5	Acórdão 3027/2014-TCU-Plenário	9.7	Ofício nº 0717/2015-TCU/SECEX-MA de 10/3/2015	19/03/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Informativa nº 160/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 204/2015/SEGEP/MP, 27/03/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 019.617/2013-5	Acórdão 304/2014-TCU-Plenário	9.10	Ofício nº 0986/2015-TCU/Secex-MA de 25/03/2015	02/04/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Informativa nº 222/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 271/2015-SEGEP/MP, 19/03/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 006.924/2007-6	Acórdão 2423/2014-TCU-Plenário	9.6	Ofício nº 0643/2015-TCU/SECEX-PB de 11/5/20 15	21/05/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Técnica nº 323/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 436/2015/SEGEP/MP, 19/06/2015	
TC 019.617/2013-5	Acórdão 3046/2014-TCU-Plenário	9.10	Ofício nº 1624/2015-TCU/SECEX-MA de 13/5/2015	25/05/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Técnica nº 334/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 448/2015/SEGEP/MP, 18/06/2015	
TC 007.210/2013-2	Acórdão 2675/2014-TCU-Plenário	9.6	Ofício nº 0425/2015-TCU/SECEX-MS de 1/6/2015	11/06/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Técnica nº 378/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 500/2015/SEGEP/MP, 16/07/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 007.306/2010-5	Acórdão 3460/2012-TCU-Plenário	9.5	Ofício nº 1962/2015-TCU/SECEX-MA de 29/5/2015	15/06/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Técnica nº 363/2015-DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 481/2015/SEGEP/MP, 09/07/2015	CPF não consta na base de dados da SRF
TC 019.6 17/2013-5	Acórdão 3046/2014-TCU-Plenário	9.10	Ofício nº 1625/2015-TCU/SECEX-MA de 13/5/20 15	15/06/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Técnica nº 373/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 491/2015/SEGEP/MP, 21/07/2015	
TC-006.166/2007-2	Acórdão 183/2015-TCU-Plenário	9.5	Aviso nº 707-GP/TCU de 3/7/2015	07/07/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Técnica nº 507/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 598/2015/SEGEP/MP, 21/07/2015	
TC 010.523/2003-0	Acórdão 3062/2013-TCU-Plenário	9.5	Ofício nº 0870/2015-TCU/SECEX-SE de 7/7/2015	15/07/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Técnica nº 537/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 616/2015/SEGEP/MP, 11/08/2015	
TC 034.681/2011-6	Acórdão 1724/2015-TCU-Plenário	9.1	Aviso nº 508-Seses-TCU-Plenário	20/07/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Técnica SEI nº 231/2015-MP, Ofício SEI nº 1091/2015-MP, 31/08/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 009.364/2011-0	Acórdão 356/2015-TCU-Plenário	9.7	Ofício nº 1009/2015-TCU/SECEX-PB de 15/7/2015	23/07/2015	DEGEP	Inabilitação	SIM	Nota Técnica nº 550/2015/DIPAI/CGCAD/DEGEP/SEGEP/MP, Ofício nº 633/2015/SEGEP/MP, 10/08/2015	
TC 002.985/2012-8	Acórdão 1732/2015-TCU-Plenário	9.2	Ofício nº 0983/2015-TCU/SECEX-SC de 6/10/2015	03/11/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Técnica SEI nº 4556/2015-MP, Ofício SEI nº 21935/2015-MP, 20/11/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 027.983/2012-9	Acórdão 2005/2015-TCU-Plenário	9.8	Ofício nº 3438/2015-TCU/SECEX-MA de 11/11/2015	19/11/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Técnica SEI nº 5252/2015-MP, Ofício SEI nº 24840/2015-MP, 01/12/2015	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 013.638/2013-0	Acórdão 2835/2015-TCU-Plenário	9.13	Ofício nº 0948/2015-TCU/Seinfra Urbana de 2/12/2015	14/12/2015	DEGEP	Inabilitação	NÃO	Nota Técnica nº 718/2016-MP	Não foi informada a data do trânsito em julgado
TC 025.175/2014-9	Acórdão 3116/2014-TCU-Plenário	9.1/9.2	Ofício nº 1147/2015-TCU/SEFIP de 5/2/2015	13/02/2015	GABIN	Recomendação	NÃO		O processo de elaboração e revisão do PPA é de responsabilidade da Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que no exercício de 2015 optou por não promover revisão do PPA.
TC 013.087/2014-2	Acórdão 171/2015 – TCU – Plenário	9.5	Ofício 0125/2015-TCU/SecexAdministração de 25/2/2015	11/03/2015	DESEP	Recomendação	SIM	Nota Técnica Conjunta nº 03/2015/DESEP-SEGEP/CGADM-SPU/MP, Ofício nº 280/SE-MP, 03/06/2015	
TC 002.540/2015-0	Acórdão 1734/2015-TCU-Plenário	1.8.2	Ofício nº 0440/2015-TCU/SecexAdministração de 20/7/2015	24/07/2015	DESAP	Recomendação	SIM	Nota Técnica nº 1238/2015-MP, Ofício SEI nº 6237/2015-MP, 14/09/2015	
TC 022.953/2013-2	Acórdão 4241/2015-TCU-P Câmara	1.7.3	Ofício nº 2469/2015-TCU/SECEX-RJ de 11/8/2015	25/08/2015	DESEP	Recomendação	SIM	Nota Informativa SEI nº 389/2015-MP, Ofício SEI nº 7303/2015-MP, 20/11/2015	
TC 019.290/2014-4	Acórdão 2638/2015-TCU-Plenário	9.4	Ofício nº 2792/2015-TCU/SECEX-MG de 27/10/2015	29/10/2015	DENOP	Recomendação	NÃO		Revisão da ON em análise

De acordo com o quadro acima, cabe registrar que das doze demandas do tipo “Determinação”, oito foram atendidas, três estão pendentes, visto que o seu atendimento ultrapassa o exercício de 2015 e, portanto, ainda se encontram dentro do prazo de resposta, e uma está sendo respondida no quadro abaixo.

Quadro A.7.1b - Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 037.600/2011-7	Acórdão 486/2015-TCU-Plenário	9.3	Ofício nº 0257/2015-TCU/SecexDefesa de 16/3/2015	06/04/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Segep (Desap)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.3. determinar à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que informe, em item específico do próximo relatório de gestão:</p> <p>9.3.1. sobre medidas adotadas e resultados obtidos nos trabalhos de supervisão dos contratos e convênios destinados a garantir prestação de assistência à saúde dos servidores da administração pública direta;</p> <p>9.3.2. sobre medidas de orientação adotadas junto às unidades supervisionadas para que se abstenham de firmar contratos ou convênios e de conceder auxílio de caráter indenizatório sem que o instrumento respectivo mencione expressamente o cumprimento ao termo de referência básico e aos demais dispositivos da Portaria Normativa SRH/MP 5/2010 ou de outras que a sucederem, podendo-se aceitar, alternativamente, a apresentação de declaração subscrita pela operadora consignando o atendimento à citada portaria;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em cumprimento à determinação inscrita no item 9.3 do Acórdão nº 486/2015, prolatado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), encontram-se descritas adiante as providências ultimadas por esta Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca da gestão da assistência à saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo.</p> <p>Primeiramente, esclarece-se que a Corte de Contas, após analisar as informações prestadas por este Ministério no âmbito do Acórdão TCU nº 3.386/2012 – Plenário, considerou cumpridos os itens referentes à atuação na qualidade de órgão central do Sipec quanto à solicitação de documentos e informações para análise da gestão de contratos e convênios para prestação de assistência à saúde dos servidores e dependentes.</p> <p>Foram ainda considerados insubsistentes os subitens do mesmo Acórdão que: a) tratavam da obrigatoriedade de exigência de declaração das operadoras conveniadas/contratadas de que cumpriam os ditames da Portaria Normativa SRH/MP nº 5, de 2010; b) tratavam de proibição de concessão do auxílio financeiro a servidores que contratam plano de saúde coletivo por adesão (já que o Ofício Circular SRH/MP nº 9, de 2009, assim autoriza); c) tratavam de proibição de firmar contratos e convênios com operadoras sem que haja previsão de atendimento de urgência e emergência (tendo em vista que norma da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de observância obrigatória pelas operadoras, já continha disposição sobre o tema).</p> <p>Por derradeiro, especificamente quanto aos temas determinados para informação em item específico do relatório de gestão, tem-se que:</p> <p>a) “9.3.1. sobre medidas adotadas e resultados obtidos nos trabalhos de supervisão dos contratos e convênios destinados a garantir prestação de assistência à saúde dos servidores da administração pública direta”: conforme já adiantado acima, foram expedidos os Ofícios-Circulares Segep/MP nºs 02/2013 e 07/2013, os quais continham esclarecimentos e cronograma de entrega de processos versando sobre contratação de serviços de assistência à saúde dos servidores e dependentes por todos os órgãos e entidades do Sipec. Aqui cabe a ressalva de que a Portaria Normativa SRH/MP nº 5, de 2010, prevê tal solicitação quando oportuno, mas, de qualquer sorte, visando ao pleno atendimento da determinação do TCU, foram solicitados todos os processos dos órgãos e entidades da União, de acordo com cronograma estabelecido e amplamente divulgado. Após tal análise, concluiu-se que todos</p>				

os processos analisados já observavam o disposto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 1990 e no Decreto nº 4.978, de 2004, além do disposto na já citada Portaria Normativa SRH/MP nº 5, de 2010 e no Ofício-Circular SRH/MP nº 9, de 2009, que regulamentam a matéria. Ademais, como previsto em caso de instrução processual para se firmar contratos ou convênios, todos continham parecer dos respectivos órgãos de assessoramento jurídico, os quais se manifestavam sobre a legalidade dos instrumentos.

b) “9.3.2. sobre medidas de orientação adotadas junto às unidades supervisionadas para que se abstenham de firmar contratos ou convênios e de conceder auxílio de caráter indenizatório sem que o instrumento respectivo mencione expressamente o cumprimento ao termo de referência básico e aos demais dispositivos da Portaria Normativa SRH/MP 5/2010 ou de outras que a sucederem, podendo-se aceitar, alternativamente, a apresentação de declaração subscrita pela operadora consignando o atendimento à citada portaria”: A despeito da constatação de que os órgãos e entidades do Sipec já observavam a citada Portaria Normativa na instrução processual, bem como a faziam constar nos preâmbulos dos contratos e convênios analisados, foi expedido o Ofício-Circular Segep/MP nº 13/2015, orientando, dentre outras questões, quanto a ser indispensável, na instrução processual que culmina nos dois instrumentos (contrato, convênio), a manifestação da unidade de gestão de pessoas, que irá propor a contratação, e também da unidade de assessoramento jurídico do órgão ou entidade, sendo que tais providências, por si só, já devem garantir o cumprimento das normas pertinentes. Foi ainda orientado quanto à necessidade de designação de um servidor para atuar como fiscal, ou gestor, que deverá fazer a interlocução com a prestadora de serviços de saúde e acompanhar o cumprimento do instrumento, a fim de garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, conforme estabelecido. Foi também exposto que tais medidas visavam ainda a garantia de correto repasse dos recursos federais, devendo-se observar os procedimentos indicados pela União para tanto.

Com relação às dezenove demandas do tipo “Inabilitação” de servidor para exercer cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública federal, oito foram atendidas e onze não. O não atendimento dessas demandas se deu em razão de não constar, no Acórdão específico, a data do trânsito em julgado, ou por inexistência do CPF indicado, requisitos necessários para o lançamento no Siape. Cabe mencionar que o Tribunal foi notificado sobre essa impossibilidade.

Quanto às cinco demandas do tipo “Recomendação”, três foram atendidas e duas não. Dessas duas recomendações não atendidas, uma está em análise, não havendo data especificada pelo Tribunal para resposta e a outra, referente à revisão dos indicadores e metas do Programa 2038, não foi atendida, porque o processo de elaboração e revisão do PPA é de responsabilidade da Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), que no exercício de 2015 optou por não promover revisão. Registra-se que na elaboração do PPA 2016-2019 os indicadores e metas do Programa 2038 foram revisados.

Além das demandas descritas anteriormente, existem algumas deliberações do TCU apresentadas no Relatório de Gestão desta Secretaria referentes ao exercício 2014, que permanecem pendentes de cumprimento, para as quais apresentamos a situação atual.

Quadro A.7.1c– Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 004.071/2013-1	Acórdão 1.650/2013 - TCU Plenário	1.6.1	Ofício 0231/2013 - TCU/SEFTI, de 5/7/2013	12/03/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Segep (Degep)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.6.1. nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e do art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar prazo de um ano, a contar da data da publicação deste acórdão, para que a Segep adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, não permitindo que empresas consignatárias operem sem a garantia de que a autorização do consignado seja registrada no sistema antes da efetivação da consignação;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Inicialmente, cabe registrar a migração da base de dados das operações de consignações em folha de pagamento para o Serpro em setembro/2015. No que se refere à implementação de autorização prévia, por parte do consignado, associada ao CNPJ de determinada entidade consignatária para consulta da margem consignável e averbação de descontos consignados foi implementada em dezembro/2015 para todos os canais, em cumprimento à determinação constante do Acórdão nº 1650/2013-TCU- Plenário (itens 1.6.1 e 1.6.2) e Acórdão 1.505/2007-TCU- Plenário (item 9.1.5).				

Quadro A.7.1d – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 022.577/2012-2	Acórdão 3023/2013 - TCU - Plenário	9.1.1.3	Ofício 18094/2013 - TCU/SEFIP	05/12/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Segep (Desepe)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.1.3. estabelecer comitê estratégico de gestão de pessoas, observando as boas práticas sobre o tema, e monitorarem o cumprimento dos papéis e responsabilidades estabelecidos;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Acerca do item “9.1.1.3, a despeito da proposta que remete ao tratamento da questão por ocasião da revisão da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) que, mediante publicação de novo Decreto, cederá lugar à nova Política para o Desenvolvimento de Pessoal na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”, tem-se que, em vista dos ajustes que se sucederam na estrutura da Segep ao longo de 2015, primeiro com a substituição de seu titular e de alguns de seus diretores e, na sequência, com a publicação, em 26 de novembro de 2015, da nova estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Decreto nº 8.578/2015), cindindo em duas a citada Secretaria e redistribuindo seus projetos e atribuições entre a SEGES e a SeGRT.</p> <p>Aguarda-se, no presente momento, oportunidade de inserção do tema na agenda do atual Secretário de Gestão de Pessoas e relações de Trabalho no Serviço Público (SeGRT) que, tão logo inteirado da relevância da proposta em análise, poderá estabelecer novas diretrizes e dar novo encaminhamento à questão.</p>				

Quadro A.7.1e– Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.601/2013-0	Acórdão 1795/2014-TCU- Plenário	9.1.3	Ofício nº 0622/2014- TCU/SecexPrevidência de 28/07/2014	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Segep (Desep)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.3 Elaborar estudo para flexibilizar regras de cálculo da gratificação de desempenho na aposentadoria.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Quanto ao item 9.1.3, que remete à elaboração de “estudo para flexibilizar regras de cálculo da gratificação de desempenho na aposentadoria”, cabe informar que o tema foi objeto de estudos e de intensa discussão durante o processo que, ao longo de 2015, propiciou a negociação do tema com representantes de diversas categorias de servidores que integram a força de trabalho do Poder Executivo Federal,</p> <p>Tal esforço culminou com o encaminhamento ao Congresso dos Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo nos 4250, 4251, 4252, 4253 e 4254, encaminhados ao Congresso Nacional em dezembro de 2015 que, dentre outros assuntos, propõem novos regramentos para o cálculo das aposentadorias de servidores cujos cargos efetivos possuem estrutura remuneratória composta por uma parcela fixa e outra variável (gratificação de desempenho),</p> <p>No intuito de uniformizar os critérios adotados para a incorporação da parcela variável da remuneração do cargo efetivo às aposentadorias e pensões amparadas pelas regras constitucionais de integralidade e paridade, propõe-se facultar aos aposentados e pensionistas alcançados pelo disposto nos arts. 3o, 6o e 6º-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, e aos servidores ativos, no momento de suas aposentadorias, a opção pela incorporação escalonada da parcela, com implementação prevista para os meses de janeiro de 2017 a 2019, o que, ao final, resultaria na incorporação da média das pontuações percebidas nas respectivas gratificações nos últimos 60 meses de atividade.</p> <p>Ressalte-se que, de acordo com a sistemática atualmente aplicável às carreiras de origem, os servidores em referência fazem jus à incorporação de 50% ou à média dos valores percebidos nos últimos 60 meses da respectiva gratificação.</p> <p>Ao fazer a opção, o servidor compromete-se, de forma irrevogável, a renunciar às parcelas de valores decorrentes da percepção da gratificação de desempenho incorporados aos proventos por decisão administrativa ou judicial e ao direito de pleitear, na via administrativa ou judicial, quaisquer valores ou vantagens decorrentes da forma de cálculo da incorporação, salvo em caso de comprovado erro material.</p> <p>Com a implementação da medida, uniformiza-se os critérios adotados para incorporação das gratificações de desempenho no âmbito do Poder Executivo federal, dando-se solução definitiva aos questionamentos administrativos e judiciais sobre o tema. Vale esclarecer que, para além das carreiras representadas em mesa de negociação, foram igualmente alcançadas pela solução proposta todas as categorias de servidores que percebem remuneração variável.</p> <p>Em específico, tramitam no Congresso os seguintes Projetos de Lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PL 4250, de 2015 (Mensagem Presidencial nº 608, de 30 de dezembro de 2015) - "Altera a remuneração de servidores e empregados públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões, e dá outras providências". • PL 4251, de 2015 (Mensagem Presidencial nº 609, de 30 de dezembro de 2015) - "Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências". • PL 4252, de 2015 (Mensagem Presidencial nº 610, de 30 de dezembro de 2015) - "Altera a remuneração de servidores públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de 				

desempenho, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, e dá outras providências".

- **PL 4253, de 2015** (Mensagem Presidencial nº 611 de 30 de dezembro de 2015 - "Cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores, e dá outras providências".
- **PL 4254, de 2015** (Mensagem Presidencial nº 612, de 30 de dezembro de 2015 - "Altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, altera os requisitos de acesso a cargos públicos, reestrutura cargos e carreiras, dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações, e dá outras providências".

Quadro A.7.1f – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 021.824/2014-2	Acórdão 3227/2014- TCU-Plenário	9.4	Ofício 14421/2014- TCU/SEFIP de 24/11/2014	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Segep (Degep)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que crie rotina automática no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, de forma a impedir, nas concessões de aposentadoria, que a implementação de rubricas referentes à Gratificação de Desempenho, como, por exemplo, a GDAC, se dê em percentual diferente do previsto na respectiva lei de criação da vantagem.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Quanto ao desenvolvimento de rotinas sistêmicas para automatização do pagamento de Gratificações de Desempenho a aposentados cujos proventos são pagos por intermédio do Siape, vale informar que, por motivo de contingenciamento de recursos, não foi possível concluir o processo de geração automática das respectivas rubricas.</p> <p>Por esse motivo, optou-se por incrementar o monitoramento sistemático da inclusão de Gratificações de Desempenho no contracheque dos servidores que foram aposentados após a publicação do Acórdão/TCU em referência.</p> <p>Como forma de registrar o resultado das ações de acompanhamento em curso, foi realizado levantamento no Siape, objetivando à verificação da regularidade do pagamento das GDs em questão, em conformidade com os respectivos dispositivos legais.</p> <p>Assim, foram identificados 234.690 aposentados que possuem GD na composição remuneratória de seus proventos. Desse total, 225.304 inativos percebem valor de gratificação de desempenho menor ou igual a 50 pontos, ou seja, 96% dos casos apurados já estavam em consonância com a legislação específica.</p> <p>Em relação às demais situações, 9.386 aposentados apresentaram pontuação acima de 50 pontos. Desse quantitativo, 8.696 inativos recebem GD utilizando-se a média aritmética dos valores percebidos nos últimos 60 meses que antecederam as respectivas aposentadorias, resultando, também, na regularidade desses pagamentos.</p> <p>Desse modo, do total de 690 casos restantes, foram analisadas 29 situações relativas a aposentadorias concedidas após a edição do Acórdão/TCU nº 3227/2014-Plenário. Desse total, 13 inativos também recebem GDs calculada pela média aritmética, em conformidade com a legislação que instituiu citadas GDs. Mais 04 casos foi possível identificar o pagamento regular das respectivas GDs, tendo em vista a realização de análise mais pormenorizada das situações envolvidas.</p> <p>Por fim, os 09 casos residuais estão sendo objeto de notificação para que seja oportunizado o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório anteriormente à efetivação do processo de regularização das situações que restarem confirmadas em desacordo com a legislação pertinente.</p> <p>Na oportunidade, há que se registrar que está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4254 que estabelece, dentre outros itens, opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, tendo como horizonte, no curto espaço de tempo, o pagamento integral das GDs em correspondência ao valor pago aos servidores ativos e que fora utilizado para cálculo da contribuição à Previdência Social.</p>				

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As deliberações da CGU eram acompanhadas pela Assessoria do Gabinete da Segep, que as enviava às áreas específicas para a elaboração da resposta. O acompanhamento dos prazos e das respostas era feito por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), utilizando o módulo de Acompanhamento Especial e também utilizando planilhas Excel.

Foram feitas quatro recomendações, descritas abaixo, todas relacionadas ao Projeto de Planejamento Estratégico da Força de Trabalho (PEFT).

Constatação: Deficiências no planejamento da cooperação com a UFRGS que colaboraram para o não atingimento dos objetivos pretendidos.

Recomendação 1: Recomendamos à Segep/MP que, tomando por base a experiência detida com a parceria com a UFRGS, elabore internamente, com posterior treinamento aos servidores, orientações especialmente quanto à: Dinheiro público é da sua conta www.portaldatransparencia.gov.br a) Importância da etapa de planejamento, com nível de detalhamento e profundidade compatíveis com a complexidade dos projetos a serem executados; b) Exequibilidade do prazo estabelecido; c) Necessidade de se definir de forma clara e detalhada os objetos de eventuais contratações/parcerias, de modo a permitir a identificação inequívoca dos produtos ou serviços a serem entregues ou prestados; d) Importância de se fixar preços com base em planilha de custos; e) Correlação entre os cronogramas de execução e de desembolso, evitando o repasse em parcela única, ainda que se trate de Termo de Execução Descentralizada; f) Imprescindibilidade de que os processos sejam submetidos à análise da Conjur quanto à viabilidade jurídica de se firmar o instrumento; g) Necessidade de comprovação documental de todas as despesas realizadas, como apresentação de Notas Fiscais.

Resposta SEGEP: Com o objetivo de aperfeiçoar seus processos, esta Secretaria vem incentivando o treinamento dos seus servidores, inclusive na área de contratação de bens e serviços. Em 2013, foi realizada capacitação interna com 100% dos fiscais e suplentes de contrato e termos de cooperação no âmbito da Secretaria, com a divulgação da Norma Operacional/SPOA nº 7, de 24 de julho de 2006 e apresentação em *Power point* e *e-mail*, em anexo. Além disso, foram feitas as seguintes capacitações externas (Tabela Segep - Capacitações 2013-2014 em anexo):

- Gestão de Contratos RDC – Regime Diferenciado de Contratação junto à Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, no período de 07 a 09 de maio;
- XIII Curso de Fiscalização de Contratos realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, no período de 16 a 20 de setembro; e
- Elaboração de Termos de Referência e Projeto Básico, dias 9 e 10 de dezembro na ENAP.

No exercício de 2014, dando continuidade ao trabalho de treinamento na área de contratações, a Segep teve servidores inscritos nos seguintes eventos externos (Tabela Segep - Capacitações 2013-2014 em anexo):

- Capacitação para Aquisição Direta e Bilhetes na Administração Pública, na ENAP, com carga horária de 8 horas;
- Elaboração de Editais no Setor Público, curso ministrado pela ENAP, no período de 10 e 11 de março; e
- Participação de servidores nos eventos: A Central de Compras e Contratações do Governo Federal, realizado em 2 de setembro, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT/Brasília; e Seminário sobre Regime Diferenciado de Contratações – RDC, em 23 de julho, com carga horária de 8 horas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Recomendação 2: Recomendamos à Segep/MP que adote as medidas necessárias com vistas ao **ressarcimento** dos valores transferidos à UFRGS em razão da inadequação parcial dos produtos entregues.

Resposta SEGEP: Em relação à recomendação 2, foi expedido o Memorando nº 21, de 16 de julho de 2015, pelo Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional (Deddi), solicitando à Diretoria de Administração (Dirad) atuar junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), visando ao ressarcimento do montante de R\$ 297.147,95 (duzentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

Constatação: Ausência de transparência com relação ao processo de tratamento das demandas dos órgãos da Administração Pública Federal, concernentes a cargos e funções.

Recomendação 1: Recomendamos à Segep/MP que defina formalmente o processo de tratamento das demandas envolvendo cargos e funções dos diferentes órgãos da Administração Pública Federal.

Resposta SEGEP: Quanto a essa recomendação, cabe mencionar que a atuação da Secretaria, no que diz respeito à análise das demandas de cargos e funções dos órgãos e entidades, é regida pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 e pelas Instruções Normativas nº 3, de 12 de janeiro de 2010 e nº 5, de 18 de março de 2010.

Deve-se ressaltar, inicialmente, que o §1º do art. 1º do Decreto nº 6.944/2009 define as diretrizes para as medidas de fortalecimento da capacidade institucional, a serem observadas pelos órgãos e entidades ao requerer cargos e funções:

- organização da ação governamental por programas;
- eliminação de superposições e fragmentações de ações;
- aumento da eficiência, eficácia e efetividade do gasto e da ação administrativa;
- orientação para resultados;
- racionalização de níveis hierárquicos e aumento da amplitude de comando;
- orientação para as prioridades de governo; e
- alinhamento da proposta apresentada com as competências da organização e os resultados que se pretende alcançar.

No processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de cada ano, a Segep analisa todas as demandas de criação de cargos e funções, oriundas dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, recebidas até o dia 31 de maio e que estejam em conformidade com o Decreto 6.944/2009 e Instruções Normativas SEGES nº 03/2010 e nº 05/2010. Tal análise leva em conta, dentre outros aspectos, a situação atual e projetada da força de trabalho nos órgãos e entidades demandantes, em vista das prioridades governamentais e do limite orçamentário-financeiro. Essa análise é tratada pela Secretaria Executiva e pelo Gabinete do Ministro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que redonda em uma proposta de Governo.

Após essa análise, e definidos os possíveis atendimentos, são estimados valores globais, referentes ao número de cargos físicos e à despesa, no exercício e anualizada, os quais são inseridos no item 5 – Poder Executivo, do PLOA do ano subsequente, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do ano de elaboração, ou na forma especificada na correspondente Lei de Diretrizes Orçamentárias anual (LDO). Ou seja, os atendimentos referentes ao preenchimento de cargos e funções vagos, no âmbito do Poder Executivo, assim como nos outros Poderes da União, não são previstos de forma discriminada, órgão/entidade a órgão/entidade, de forma a fazer prevalecer a discricionariedade do Executivo de realizar, durante o exercício financeiro correspondente, ajustes na execução orçamentária conforme sobrevenham necessidades imperiosas

não previstas ou mudem as prioridades estabelecidos no ano anterior, alterando e/ou excluindo previsões feitas. Além disso, cumpre informar adicionalmente que o Anexo V do PLOA anual tem caráter meramente autorizativo, não obrigando a sua execução, o que poderá deixar de ocorrer em virtude de várias razões, como por exemplo, medidas de contingenciamento orçamentário que se imponham em face do cenário macroeconômico do País ou em função de novas diretrizes da equipe governamental.

Constatação: Ausência de elaboração formal de Análise de Riscos do projeto Planejamento Estratégico da Força de Trabalho.

Recomendação 1: Recomendamos à Segep/MP que proceda à elaboração de Análise de Riscos do PEFT, de modo a permitir adequado gerenciamento dos riscos inerentes ao projeto.

Resposta SEGEP: Conforme relatado no item 3.3. Gestão de Risco e Controle Interno, está em estudo, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Riscos, vinculado ao Planejamento Estratégico 2016-2019.

ANEXOS

Quadro A.1.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (referente a 2015)
Deddi	Propor políticas e diretrizes relativas à gestão por resultados, ao estabelecimento de metas de desempenho institucional e de sistemas de incentivos e de avaliação de resultados; avaliar e acompanhar contratos de gestão e congêneres; orientar e articular as atividades do Siorg, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional; propor políticas e diretrizes e desenvolver programas e ações para o desenvolvimento de pessoal da APF; propor diretrizes e normas relativas à avaliação de desempenho institucional e do servidor e prestar apoio técnico aos órgãos quanto à sua implementação; gerenciar o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública); promover ações de melhoria da gestão pública disseminando ferramentas, tecnologias e guias de melhores práticas; fomentar, apoiar e gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de modernização e inovação da gestão pública, implementados sob a égide da cooperação técnica e financeira internacional; propor a regulamentação das gratificações de desempenho das carreiras.	Alexandre Kalil Pires	Diretor	Jan a Mar/2015
		Regina Luna Santos de Souza	Diretora Substituta	Abr/2015
		Marcelo Mendes Barbosa	Diretor	Mai a Dez/2015
Desep	Formular diretrizes e analisar demandas relacionadas a: estruturas regimentais; concursos públicos; estruturas organizacionais; processos seletivos para contratação de pessoal por tempo determinado; provimentos; criação, reestruturação, organização, classificação e reclassificação e avaliação de planos, cargos e carreiras e de suas remunerações, orientar a proposição de políticas, diretrizes e aperfeiçoamentos dos modelos organizacionais, estruturas, força de trabalho e remuneração relativos aos Setores Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo.	Catarina Batista da Silva Moreira	Diretora	Jan a Mar/2015
		Mauro Henrique Macedo Pessoa	Diretor	Mar a Out/2015
		Rosângela Vieira Monteiro	Diretora Substituta	Out a Dez/2015

Desig	Formular diretrizes e analisar demandas relacionadas a: estruturas regimentais; concursos públicos; estruturas organizacionais; processos seletivos para contratação de pessoal por tempo determinado; provimentos; criação, reestruturação, organização, classificação e reclassificação e avaliação de planos, cargos e carreiras e de suas remunerações, orientar a proposição de políticas, diretrizes e aperfeiçoamentos dos modelos organizacionais, estruturas, força de trabalho e remuneração, relativos aos Setores de Infraestrutura e de Articulação Governamental.	Antônio Augusto Ignácio Amaral	Diretor	Jan a Mai/2015
		Regina Luna Santos de Souza	Diretor	Mai a Dez/2015
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (referente a 2015)
Denop	Desenvolver ações destinadas à revisão e consolidação da legislação de recursos humanos; orientar e dirimir dúvidas quanto à aplicação da legislação relativa à gestão de pessoas no âmbito do Sipeç; orientar os órgãos e entidades do Sipeç, em articulação com a Advocacia-Geral da União, quanto ao correto cumprimento de determinações, cadastramento, controle e acompanhamento de ações judiciais; prover informações para subsidiar a defesa da União em matérias relacionadas à gestão de pessoas; propor e elaborar atos normativos, normas complementares e procedimentais relativos à aplicação e ao cumprimento uniformes da legislação de gestão de pessoas; Assessorar o Secretário de Gestão Pública nos processos de natureza disciplinar referentes ao pessoal civil oriundo dos ex-territórios federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal; e assessorar o Secretário de Gestão Pública na análise da legislação e de informações de pessoal dos militares vinculados às Forças Armadas.	Rogério Xavier Rocha	Diretor	Jan a Dez/2015
Desap	Propor diretrizes referentes às políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho, de previdência, de benefícios e de auxílios dos servidores civis; orientar ações e propor normas referentes à perícia oficial em saúde, vigilância e promoção à saúde, previdência, concessões de benefícios e auxílios, e adicionais ocupacionais; orientar e articular as atividades do Siass; fomentar e apoiar projetos de atenção à saúde, nos regimes de previdência, da política de concessão de adicionais ocupacionais, benefícios e auxílios dos servidores públicos federais; realizar estudos e análises sobre saúde e segurança do trabalho; e estabelecer políticas de comunicação e de capacitação em assuntos relativos à saúde, à previdência e aos benefícios e auxílios dos servidores.	Renata Vila Nova de Moura Holanda	Diretora Substituta	Jan a Abr/2015
		Renata Vila Nova de Moura Holanda	Diretora	Mai a Dez/2015

Desin	Propor e coordenar o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas que suportem os processos finalísticos da Secretaria (gerenciar as demandas e os atendimentos técnicos ao contrato do Serpro); gerenciar os sistemas informatizados de recursos humanos Siape e de estruturas organizacionais Siorg, bem como outros que sejam essenciais para a atuação da Secretaria, garantindo seu desenvolvimento, manutenção e segurança; produzir informações gerenciais referentes aos principais processos da Segep, em especial os relacionados à gestão da força de trabalho, à remuneração, às despesas com pessoal, às estruturas organizacionais, aos cargos e funções comissionados e à saúde e à segurança do trabalho do servidor; e garantir a segurança da informação e a qualidade e a confiabilidade dos dados relacionados aos sistemas sob a responsabilidade da Secretaria.	Fabiano Pereira Cortes	Diretor	Jan a Mar/2015
		Luis Felipe Salin Monteiro	Diretor	Mar a Dez/2015
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (referente a 2015)
Degep	Administrar o cadastro de servidores públicos federais, ativos e aposentados, dos empregados públicos, estagiários, contratados por tempo determinado e dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União; executar as atividades relacionadas com cadastro, pagamento e atendimento dos anistiados políticos e a seus beneficiários; executar o controle sistêmico, verificar a exatidão dos parâmetros de cálculos, gerir as rubricas e supervisionar as operações de processamento da folha de pagamento de pessoal; administrar os cadastros das estruturas organizacionais e demais informações relacionadas ao Siorg; gerenciar as atividades de movimentação e de afastamento de servidores públicos federais; sistematizar e divulgar aos órgãos e entidades integrantes do Sipec as orientações referentes à legislação aplicada à gestão de pessoas; orientar, articular e integrar os órgãos do Sipec; gerenciar o processo de cadastramento e recadastramento das entidades consignatárias que operam no Siape; controlar e atestar a disponibilidade de cargos em comissão do Grupo DAS para nomeação de pessoal sem vínculo com a Administração Pública; monitorar a qualidade e apontar indícios de irregularidades na folha de pagamento; autorizar o Tesouro Nacional a executar os repasses financeiros referentes à folha de pagamento para os créditos aos órgãos do Sipec; e acompanhar e avaliar a variação das despesas de pessoal.	Cristina Calvet Guimarães	Diretora	Jan a Dez/2015
CGMFT	Propor políticas, diretrizes e modelos para o aperfeiçoamento do planejamento da força de trabalho, da arquitetura de cargos e carreiras e suas remunerações, dos processos de recrutamento e seleção, dos modelos institucionais e da organização administrativa da APF; e conduzir estudos e projetos	Maria da Penha Barbosa da Cruz	Coordenadora-Geral	Jan a Fev/2015

para o aperfeiçoamento do planejamento da força de trabalho dos modelos institucionais e da organização administrativa no âmbito da APF.	Marcelo Mendes Barbosa	Coordenador-Geral	Fev a Mai/2015
	Regina Luna Santos de Souza	Coordenadora-Geral	Mai a Jun/2015
	Antônio Manoel Marques Guedes da Cruz Júnior	Coordenador-Geral	Jun a Dez/2015

Fonte: Segep.

Quadro A.1.5 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Sistemas de TI sob a responsabilidade da Segep	Desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas que suportem os processos finalísticos da Segep. Gerenciamento das demandas e dos atendimentos técnicos ao contrato do Serpro, gerenciamento dos sistemas informatizados de recursos humanos (Siape) e de estruturas organizacionais (Siorg), bem como outros sistemas que sejam essenciais para a atuação da Secretaria.	Manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas em produção sob gestão da Segep: Siape, Siass, Siapenet Sigepe, Siorg, Conlegis e Portais; Integração de sistemas dos órgãos integrantes do Sipec e Siorg com os sistemas informatizados sob a responsabilidade da Segep.	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Desin
Segurança da informação dos sistemas de TI, sob a responsabilidade da Segep	Estabelecimento de Políticas de Segurança da Informação, monitoramento de acessos aos sistemas sob a responsabilidade da Segep e gestão junto aos órgãos e usuários do Sipec, no que tange à segurança da informação.	Políticas de Segurança da informação dos sistemas de TI da Segep implementadas, atualizadas e revisadas periodicamente.	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Desin
Novas soluções de TI no âmbito da Segep	Planejamento, monitoramento e implantação de novas soluções de tecnologia da informação, assim como proposição de normas, medidas e procedimentos que promovam o aperfeiçoamento do seu desenvolvimento.	Novas soluções implantadas.	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Desin
Informações gerenciais referentes aos principais processos da Segep	Produção e disponibilização de informações gerenciais referentes aos principais processos da Segep, em especial os relacionados à gestão da força de trabalho, à remuneração, às despesas com pessoal, às estruturas organizacionais, aos cargos e funções comissionados e à saúde e à segurança do trabalho do servidor.	Informações gerenciais disponibilizadas nos portais do MP e no Portal de Gestão de Pessoas (Sigepe).	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Desin
Orientação Normativa	Proposições de normas complementares e de procedimentais relativos à aplicação e ao cumprimento uniforme da legislação relativa ao pessoal civil.	Atos normativos.	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Denop
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Políticas de atenção à saúde e à segurança do trabalho, de previdência, de	Fomento, coordenação e apoio a projetos e proposição de diretrizes referentes às políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho, de previdência, de benefícios e de auxílios dos servidores civis da APF, bem como de políticas afirmativas de equidade.	Elaboração de documentos, relatórios e projetos visando à constante atualização e adequação das políticas de Estado relativas à atenção à saúde e segurança do	Segep, MP, Órgãos e unidades integrantes do Sipec e	Desap

benefícios e de auxílios dos servidores civis da União	<p>Elaboração de normas relativas à perícia oficial em saúde, vigilância e promoção à saúde, previdência, concessão de benefícios e auxílios e adicionais ocupacionais, no âmbito da APF.</p> <p>Realização de levantamentos, estudos e análises, tendo por base principalmente os dados disponibilizados no sistema Siape Saúde, sobre saúde e segurança do trabalho, com vistas a subsidiar a formulação e atualização de políticas, bem como identificar e prevenir a ocorrência de eventos de saúde.</p> <p>Estabelecimento de políticas de comunicação e de capacitação em assuntos relativos à saúde, à previdência e aos benefícios e auxílios dos servidores.</p>	<p>trabalho, de previdência, de benefícios e de auxílios dos servidores civis da União.</p> <p>Proposição de normas legais e infralegais relativas à perícia oficial em saúde, vigilância e promoção à saúde, previdência, concessão de benefícios e auxílios e adicionais ocupacionais, no âmbito da APF.</p> <p>Realização de eventos de capacitação.</p> <p>Elaboração de mensagens, e documentos informativos aos órgãos do Sipec relativos à saúde, à previdência e aos benefícios e auxílios dos servidores</p>	Servidores públicos civis da União.	
Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Siass)	Orientação, articulação e promoção da integração das unidades do Siass, no âmbito da APF direta, autárquica e fundacional, bem como observação do cumprimento das normas relativas ao Siass e à utilização do sistema informatizado Siape Saúde.	<p>Proposição de documentos normativos, orientadores aos órgãos do Sipec;</p> <p>Análise de processos e consultas relativos ao sistema;</p> <p>Realização de eventos de capacitação;</p> <p>Participação na atualização e customização dos sistemas informatizados de gestão de pessoas/recursos humanos da APF – Sistema Siape e seus Subsistemas - Siape Saúde; Siape (Afastamento); DW Saúde.</p>	Segep, Órgãos e unidades integrantes do Sipec e Servidores públicos civis da União.	Desap
Aplicação de normas da área de pessoal civil	Esclarecimentos de dúvidas quanto à aplicação da legislação de pessoal no âmbito do Sipec.	Manifestações técnicas	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Denop
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Orientação sistêmica para cumprimento de ações judiciais	Orientação, em articulação com a Advocacia Geral da União, quanto ao cumprimento, cadastramento, controle e acompanhamento de ações judiciais relativas ao pessoal civil do Poder Executivo federal na administração direta, autárquica e fundacional.	Gerenciamento do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais	Órgãos e unidades integrantes do Sipec.	Denop

Cadastramento de Consignatárias	<p>Aprimoramento e automatização do processo de cadastramento e gerenciamento das entidades que operam consignações na folha de pagamento do sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).</p> <p>Desenvolvimento do módulo de consignações no Sigepe.</p>	<p>Cadastramento de consignatárias;</p> <p>Manutenção do cadastro das consignatárias;</p> <p>Revalidação anual de requisitos;</p> <p>Apuração de irregularidades;</p> <p>Extrato de Consignações;</p> <p>Simulador de Empréstimos;</p> <p>Aprimoramento da regra de geração do código de autorização.</p>	Servidores públicos civis da União e entidades consignatárias.	Degep
Modelo de Gestão das Carreiras Transversais	<p>Aperfeiçoamento da gestão das carreiras geridas pela Segep: Especialistas em Políticas Públicas e Gestão governamental (EPPGG) e Analista de Infraestrutura (AIE), de forma a atender com efetividade as prioridades e as áreas estratégicas de governo, buscando o desenvolvimento das competências necessárias, considerando o papel de cada carreira.</p>	<p>Proposição de estratégias de ação para o desenvolvimento das carreiras geridas pela Segep, tendo como base o mapeamento das competências essenciais necessárias ao exercício dos cargos e ao desempenho dos papéis esperados.</p> <p>Implementação do Programa de Capacitação de Longa Duração para a carreira de EPPGG.</p>	Servidores das carreiras de EPPGG e AIE.	Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais - CGCAT
Capacitação de Servidores dos Órgãos e unidades integrantes do Sipec	<p>Gerenciamento do processo de capacitação e desenvolvimento de competências essenciais dos servidores integrantes do Sipec para o desempenho nos processos de gestão de pessoas do sistema informatizado do Governo Federal.</p>	<p>Realização de eventos de capacitação</p>	Órgãos e unidades integrantes do Sipec, cuja folha de pagamento é processada pelo Siape.	Deddi
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Movimentação de servidores públicos	<p>Elaborar atos de movimentação de servidores públicos federais para empresas públicas, sociedades de economia mista, órgãos e entidades de outros poderes e esferas de governo, bem como para entes de cooperação ou colaboração com o Poder Público.</p>	<p>Análise e elaboração de Notas Técnicas, Despachos e atos de movimentação de servidores e empregados públicos federais dos órgãos e entidades da APF:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição de cargos vagos/ Composição da força de trabalho; 	Órgãos e unidades integrantes do Sipec e Servidores	Degep

		<ul style="list-style-type: none"> • Exercício provisório para acompanhar cônjuge; • Afastamentos de servidores para servir em organismos internacionais. 	Públicos Federais.	
Recadastramento de Aposentados, Pensionistas e Anistiados	<p>Coordenação do processo de recadastramento de aposentado, pensionista e anistiado político civil.</p> <p>O Recadastramento ocorre anualmente, com comparecimento pessoal do convocado na rede bancária credenciada, no mês do seu aniversário.</p> <p>Na hipótese de moléstia grave ou impossibilidade de locomoção do beneficiário é realizada visita técnica. As visitas domiciliares são realizadas pelos bancos e as hospitalares/reclusão pelas Unidades de Recursos Humanos do órgão de vinculação do recadastrado.</p> <p>O recadastramento por meio de Tutor e Curador é realizado exclusivamente nas Unidades de Recursos Humanos.</p> <p>Aqueles que não se recadastrarem serão notificados com novo prazo para realizar o recadastramento, sob pena de suspensão do pagamento do provento, pensão ou reparação econômica mensal. O restabelecimento do pagamento fica condicionado à efetivação da atualização cadastral.</p>	<p>Verificação da legitimidade do pagamento do provento, pensão e/ou reparação econômica mensal, por meio da comprovação de fé de vida.</p> <p>Atualização de dados pessoais, quando necessário.</p>	Aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União.	Degep
Gestão por Resultados	Formulação de políticas e ferramentas de suporte à implementação da gestão por resultado na APF.	<p>Proposta de Implementação das Unidades de Gestão Estratégica;</p> <p>Proposta de decreto para o Sistema Orgânico de Gestão Estratégica;</p> <p>Proposta de Guia de Gestão por Resultados.</p>	Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal.	Deddi
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Informação para a Advocacia Geral da União - AGU	Provimento de informações para subsidiar a defesa da União em matérias relacionadas à administração de recursos humanos.	Manifestações técnicas	Consultoria Jurídica/MP e Procuradorias da União.	Denop
Atendimento a órgãos, servidores,	Atendimento e Orientação dos órgãos Setoriais e Seccionais do Sipec.	Central de Atendimento “Alô Segep”;	Órgão e unidades	Degep/ Denop

aposentados e pensionistas e anistiados	Articulação e promoção da integração das unidades do Sipec no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Atendimentos presenciais e por e-mail relativos às dúvidas e informações encaminhadas pelos Anistiados Políticos. Sistematização e divulgação aos órgãos e entidades integrantes do Sipec das orientações e dos pronunciamentos referentes à legislação aplicada à administração de recursos humanos.	Atendimento aos Anistiados Políticos – presencial e via e-mail; Fórum de Gestão de Pessoas da APF; Canal Segep; Resenhas semanais; Conlegis.	integrantes do Sipec e servidores, aposentados e pensionistas e anistiados.	
Gestão de Desempenho	Formulação de políticas e ferramentas de suporte à implementação da gestão de desempenho na APF.	Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho; Proposta de regulamentação do estágio probatório; Proposta de Projeto de Lei que viabilizará o alinhamento dos períodos dos ciclos de avaliação de desempenho ao ciclo orçamentário.	Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal.	Deddi
Gespública	Formulação de políticas e ferramentas de suporte à implementação do modelo de excelência na APF.	Modelo de Excelência da Gestão Pública; Instrumento de Avaliação da Gestão Pública/1000 pontos; Sistema de Autoavaliação da Gestão Pública; Guia de Autoavaliação da Gestão Pública; Guia Metodológico da Carta de Serviço ao Cidadão; Apoio ao desenvolvimento do “Pesquisa.Gov” (www.pesquisa.gov.br), antigo e-IPPS.	Administração Pública.	Deddi
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Modelos organizacionais, estruturas, força de trabalho e remuneração do Poder Executivo Federal	Acompanhamento da evolução dos setores de Infraestrutura, de Articulação Governamental, Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo do Poder Executivo federal com relação a modelos organizacionais, estruturas, força de trabalho e remuneração, com o objetivo de orientar a proposição de políticas, diretrizes e aperfeiçoamentos.	Propostas de políticas, diretrizes e aperfeiçoamentos.	Órgãos e Entidades do Poder Executivo federal dos setores de Infraestrutura e de Articulação	Desig/Desep

Estruturas organizacionais da Administração Pública direta, autárquica e fundacional	Orientação, análise das demandas e proposição de criação, aperfeiçoamento e racionalização das estruturas organizacionais da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.	Propostas de estruturas organizacionais.	Governamental e Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo.	
Dimensionamento e recomposição da força de trabalho	Análise das demandas referentes ao dimensionamento da força de trabalho, em especial as relacionadas à autorização de concursos públicos, provimentos de cargos e à contratação temporária.	Propostas de autorização de concursos públicos, de provimentos de cargos e de contratação temporária da União.		
Criação e organização de cargos/carreiras	Orientação, análise e proposição de criação, reestruturação, organização, classificação e reclassificação e avaliação de planos, cargos e carreiras e de suas remunerações, acompanhando e implementando os acordos oriundos de mesa de negociação.	Propostas relacionadas à criação e organização de cargos/carreiras.		
Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas da Gestão da Administração Pública Federal (Prosis)	Promoção da modernização dos instrumentos e sistemas de gestão e de apoio aos processos decisórios da APF, com vistas à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do gasto público federal.	Contratação de consultorias especializadas; Aquisição e instalação de ferramentas de mapeamento e modelagem de processos, de gestão de conteúdo e de apoio à decisão; Aquisição e instalação de ferramentas e equipamentos tecnológicos para modernização dos Sistemas de Planejamento e Orçamento; Contratação de consultorias para gestão e integração dos recursos tecnológicos de informação.	SE, SOF, SLTI, Segep e SPI.	Deddi
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Formas de organização e de atuação da Administração Pública	Orientação, análise e proposição de modelos jurídico-institucionais de atuação da Administração Pública e de cooperação ou colaboração com outros entes.	Propostas de formas de organização e de atuação da Administração Pública.	Órgãos e Entidades do Poder Executivo federal dos setores de Infraestrutura e de Articulação Governamental e	Desig/Desep

			Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo e entes privados que mantêm vínculos de cooperação ou colaboração com esses órgãos e entidades.	
Gestão da folha de pagamentos	<p>Melhorias das rotinas de cadastro e produção e dos mecanismos de controle da folha de pagamento dos servidores públicos federais no Siape, mediante a revisão dos processos de trabalho e a automatização de funcionalidades, de forma a aprimorar a capacidade de análise crítica e propiciar maior transparência, confiabilidade e precisão na gestão da folha de pagamento.</p> <p>Automatização do cálculo da opção de função de acordo com as regras do art. 193 da Lei nº 8.112/90, art. 2º da Lei nº 8.911/94, e Orientação Normativa nº 1/2014.</p>	<p>Automatização dos procedimentos de conferência, homologação e conformidade dos pagamentos pelos gestores de Recursos Humanos.</p> <p>Desenvolvimento de rotinas para atualização <i>on line</i> e no Siape de solicitações de ressarcimento de pessoal cedido e requisitado, despesas com rescisões contratuais e Sistema S, contribuições patronais, alvarás judiciais e pagamento de adidos em missão no exterior.</p> <p>Criação de rotinas para geração e envio automático de solicitação de recursos para pagamento de pessoal à STN.</p> <p>Implantação de painel de monitoramento para acompanhamento sistematizado das etapas do processamento da folha de pagamento pelos gestores de Recursos Humanos do Siape.</p> <p>Suspensão do pagamento de proventos e de benefícios pensionais pela falta de recadastramento dos respectivos aposentados e pensionistas.</p> <p>Rotina mensal referente ao batimento realizado mensalmente entre o Siape e a</p>	<p>Segep, Órgãos e unidades integrantes do Sipec e Servidores públicos civis da União.</p>	Degep

		<p>base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (Sisobi).</p> <p>Implementação da auditoria preventiva da folha de pagamento, mediante a realização do monitoramento sistemático de lançamentos efetuados anteriormente à homologação da folha de pagamento no âmbito do Siape.</p> <p>Continuidade do suporte para definição de regras e acompanhamento da homologação das funcionalidades migradas dos módulos do SiapeNET Servidor para o portal de Serviços do Servidor no Sigepe.</p> <p>Manutenção das tabelas de cadastro e de estruturas organizacionais no Siape, SiapeCAD e no Siorg.</p> <p>Automatização da redução dos valores relativos à parcela de Vantagem Pessoal em decorrência de acréscimos/ajustes.</p> <p>Implantação do novo modelo de Demonstrativo de Despesas de Pessoal em atendimento ao novo modelo de apropriação da folha de pagamento no Siafi.</p> <p>Automatização do cálculo de adicional por tempo de serviços para ocupantes do cargo de médico.</p> <p>Automatização do processo de conferência da folha de pagamento no SiapeNET e implementação de relatórios gerenciais e comparativos.</p>		
--	--	---	--	--

Fonte: Segep.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Diretoria de Planejamento e Gestão DIPLA

Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGEOR

Coordenação de Contabilidade CCONT

Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar, CEP 70.040906

– Brasília/DF

Telefones: (61) 2020.4087 Email:

ccont.cgeor@planejamento.gov.br

Declaração do Contador

Secretaria de Gestão Pública SEGEP

UGR/GESTÃO: 201053/00001

COM RESSALVA

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, e com base na Conformidade de Registro de Gestão, registradas pelas unidades gestoras: UGE 201029 Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros PROMOEX, UGE 201030 Programa Nacional do Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE, UGE 201044 – Coordenação de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios – COBIN, 201046 – Programa de Modernização de Instrumentos de Sistema de Gestão da Administração Público Federal – PROSIS, refletem adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas a esta Secretaria que apresenta Prestação de Contas, exceto no tocante a:

a) Convênio na situação a aprovar, com data expirada nos meses de janeiro a dezembro na UGE 201029.

Declaro ainda que, no exercício de 2015, houve execução de despesa referente a Programas de Trabalho da Secretaria de Gestão Pública, pela UGE 201005 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) e 201013 Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – (Ceofi), e que as informações concernentes a esta execução constam dos Demonstrativos Contábeis dessas Unidades, bem como, do processo de Prestação de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.

Cabe ressaltar que no exercício de 2015 houve execução de despesa referente a

Programas de Trabalho da UGE 201044 COBIN, pela UGE 201005 – COGEP e as informações concernentes às execuções, constam dos Demonstrativos Contábeis dessa Unidade Gestora Executora.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília DF, 3 de março de 2016.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

04/03/2016 :: SEI / MP 1454637

Declaração

::

Marlene Cavalcante Gomes
Coordenadora
CCONT/CGEOF/SPOA/SE/MP
CRCDF: 016693/O

Documento assinado eletronicamente por MARLENE CAVALCANTE GOMES,
Coordenadora, em 03/03/2016, às 14:47.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador 1454637 e o código CRC CE622BFE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201029 - PROMOEEX-MODERNIZAÇÃO CONTROLE EXTERNO UF/MC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	7.377.582,86	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	7.377.582,86	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	7.377.582,86	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	7.377.582,86	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	7.377.582,86	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	7.377.582,86	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201029 - PROMOEEX-MODERNIZAÇÃO CONTROLE EXTERNO UF/MC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PÁGINA 1

SUBTÍTULO 201029 - PROMOEIX-MODERNIZAÇÃO CONTROLE EXTERNO UF/MC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.106.721,64	-
INGRESSOS	7.377.582,86	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	7.377.582,86	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	7.377.582,86	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.270.861,22	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201029 - PROMOEEX-MODERNIZAÇÃO CONTROLE EXTERNO UF/MC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	98.050.729,73	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.443.098,12	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	6.443.098,12	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	7.377.582,86	-
Transferências Intragovernamentais	7.377.582,86	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	84.240.048,75	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	84.240.048,75	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201030 - PNAGE-MODERNIZAÇÃO GESTÃO E PLANEJAMENTO UF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Encerrado)
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	14.708.033,52	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	14.708.033,52	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	14.708.033,52	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	14.708.033,52	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	14.708.033,52	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	14.708.033,52	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201030 - PNAGE-MODERNIZAÇÃO GESTAO E PLANEJAMENTO UF
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 201030 - PNAGE-MODERNIZAÇÃO GESTAO E PLANEJAMENTO UF

EMISSÃO 05/02/2016 PÁGINA 1

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	12.077.478,90	-
INGRESSOS	14.708.033,52	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	14.708.033,52	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	14.708.033,52	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOLEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.630.554,62	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201030 - PNAGE-MODERNIZAÇÃO GESTÃO E PLANEJAMENTO UF

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	202.992.316,14	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.349.539,76	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	13.349.539,76	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	14.708.033,52	-
Transferências Intragovernamentais	14.708.033,52	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	174.934.742,86	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	174.934.742,86	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Fechado)
EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	12.646.114,07	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	12.646.114,07	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	15.470.534,07	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	12.646.114,07	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	12.646.114,07	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.824.420,00	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.824.420,00	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	2.824.420,00	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.824.420,00	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Fechado)
EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Fechado)
-------------------	--------------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	15.470.534,07	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	15.470.534,07	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	15.470.534,07	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.470.534,07	-
Pessoal e Demais Despesas	-15.470.534,07	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-15.470.534,07	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 03/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.470.534,07	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	15.470.534,07	-
Transferências Intragovernamentais	15.470.534,07	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Fechado)
EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201046 - PROG. DE MODER. DE INSTR. SIST. DE GESTÃO DA APF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.758.815,09	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.318.697,28	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	440.117,81	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	440.117,81	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	8.021.672,82	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.375.034,84	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	1.375.034,84	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	6.646.637,98	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.536.973,42	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	109.664,56	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	383.780,25	-	Despesas Extraorçamentárias	6.594.127,47	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	383.780,25	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.594.127,47	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Fechado)
EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201046 - PROG. DE MODER. DE INSTR. SIST. DE GESTÃO DA APF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 201046 - PROG. DE MODER. DE INSTR. SIST. DE GESTÃO DA APF

EMISSÃO 01/02/2016 PÁGINA 1

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	52.510,51	-
INGRESSOS	8.021.672,82	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	8.021.672,82	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	8.021.672,82	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-7.969.162,31	-
Pessoal e Demais Despesas	-7.710.272,84	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-7.710.272,84	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 03/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201046 - PROG. DE MODER. DE INSTR. SIST. DE GESTÃO DA APF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.297.209,35	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.313.221,40	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.313.221,40	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	8.021.672,82	-
Transferências Intragovernamentais	8.021.672,82	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.962.315,13	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	17.962.315,13	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-